Eletroriver S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Antônio de Albuquerque, 330
12º andar
30112-010 - Belo Horizonte - MG
Brasil

Tel.: + 55 (31) 3269-7400
Fax: + 55 (31) 3269-7470
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eletroriver S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletroriver S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eletroriver S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Recuperabilidade de ágio adquirido em combinação de negócios ("Impairment")

Por que foi considerado um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui saldos significativos decorrentes de ágios gerados em combinações de negócios, que estão sujeitos à avaliação anual de "impairment". Esse assunto foi tratado como principal assunto de auditoria em virtude da representatividade desses ativos, bem como pelo fato de os modelos utilizados nos testes de "impairment" envolverem subjetividade e julgamento por parte da Diretoria. Esses julgamentos são fundamentados em premissas que podem ser afetadas por eventos futuros de mercado, principalmente aquelas associadas às projeções dos fluxos de caixa e à taxa de desconto utilizada. Devido à relevância dos saldos, ao nível de incerteza e ao grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa - UGCs; (ii) avaliação das projeções elaboradas pela Diretoria para a recuperabilidade desses ativos; (iii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros; (iv) avaliação da metodologia de cálculo e análise de sensibilidade das premissas; e (v) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria para o teste de valor recuperável do ágio adquirido em combinação de negócios, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no referido pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards"), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG

B Oliveira

Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

56327

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

A Administração da Eletroriver S.A. (“Eletroriver” ou “Companhia”), submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais findos em 2025 e 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. As informações deste Relatório da Administração estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), bem como em observância às normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards” ou “IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB), aplicáveis às empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

O presente documento é destinado, prioritariamente, aos acionistas da Eletroriver, e mantido à disposição para acesso público no website da Companhia (www.eletroriver.com.br), no site da CVM (https://sistemas.cvm.gov.br/) e publicado no Jornal A Tarde, em conformidade com o exigido pela legislação brasileira.

1 INTRODUÇÃO

Constituída em 28 de maio de 1997, a Eletroriver tem por objeto social a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como a promoção e/ou participação em empreendimentos privados de geração e distribuição de energia elétrica, deles se tornando ou não sócia, controladora ou não, compreendendo: (a) geração, distribuição e comercialização de energia elétrica; (b) o gerenciamento da obtenção e adequação dos recursos necessários para implantação dos mencionados empreendimentos; (c) implantação, com participação societária ou não, de empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; (d) a importação e/ou exportação de mão de obra, tecnologia e equipamentos, bem como suas peças e acessórios, necessários às atividades mencionadas nas alíneas anteriores; (e) participação em outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista; e (f) a participação como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

Seu controle acionário é detido pela CS Energia S.A., companhia de capital fechado, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, titular de ações representativas de 65,97% do capital social da Companhia.

Sua atuação está concentrada na gestão dos seus investimentos no capital social da BSB Energética S.A. (“BSB”) e da Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”), investida que detém, indiretamente, o controle acionário de 13 (treze) sociedades de propósito específico (“SPEs”) titulares, respectivamente, de autorizações emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para exploração do potencial hidrelétrico de 13 (treze) pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”), com potência instalada total de 291,5MW, localizadas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás, todas inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”).

A Brasil PCH, por sua vez, tem como únicas acionistas a Companhia e a BSB, titulares, respectivamente, de ações representativas de 70,00% e 30,00% do seu capital social. Assim, uma vez que a Companhia detém o controle acionário da BSB, na qual subscreve 91,00% do capital votante, sua participação direta e indireta no Grupo Brasil PCH soma 97,30%.

2 CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

Visão geral: Os diretores entendem que, a partir da análise e revisão das demonstrações financeiras da Companhia, essa apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos aspectos indicados abaixo. Apesar disso, a Companhia não pode garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando os riscos inerentes ao seu ramo de atividade bem como das suas controladas.

2.1 Financeiros e Patrimoniais Gerais

Disponibilidade de caixa: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encerrou o período com saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no valor de R$ 100.739 (R$ 127.029 em 31 de dezembro de 2024), representando redução de R$ 26.290, equivalente a 20,70%, devido, principalmente, à não capitação de recursos no mercado financeiro no exercício de 2025, enquanto no exercício anterior foram captados R$ 200.000, mediante a emissão de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), somada aos aumentos dos desembolsos com amortização das Debêntures (R$ 41.437),

pagamento de juros sobre CCB (R$ 30.472), imposto de renda e contribuição social (R$ 16.487), e instrumento financeiro derivativo SWAP ("SWAP Brasil PCH[1]") (R$ 8.454), parcialmente compensados pela redução dos desembolsos a título de juros sobre Debêntures (R$ 20.228), pagamento de dividendos (R$ 261.529) e aquisição de imobilizado e intangível (R$ 8.627).

Endividamento líquido: O endividamento líquido da Companhia é calculado pelo valor total dos passivos, subtraído dos montantes registrados em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido ao final do exercício de 2025 comparado com 31 de dezembro de 2024:

Indicadores financeiros (R$ mil)		**Em**	
		31/12/2025	**31/12/2024**
	Dívida Bruta[2]	3.054.258	2.578.539
(-)	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	100.739	127.029
(=)	**Dívida Líquida[3]**	**2.953.519**	**2.451.510**

O aumento da dívida líquida no montante de R$ 502.009, equivalente a 20,48%, deve-se, principalmente, à elevação do montante registrado a título de dividendos a pagar (R$ 944.306), parcialmente compensados pela redução do saldo a pagar das debêntures (R$ 307.436), SWAP Brasil PCH (R$ 23.195), bem como pela redução (R$ 105.883) do montante registrado a título de prêmio de repactuação.

Indicadores Financeiros: Os indicadores financeiros utilizados pela Companhia são o índice de liquidez corrente e o índice de liquidez geral.

O índice de liquidez corrente é calculado pela razão do (i) saldo do ativo circulante pelo (ii) saldo do passivo circulante. O quadro a seguir traz o respectivo indicador para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado ao apurado em 31 de dezembro de 2024:

Liquidez Corrente	**Em**	
(R$ mil)	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativo Circulante (i)	199.119	323.091
Passivo Circulante (ii)	1.637.934	699.674
Liquidez Corrente ((i)/(ii))	**0,12**	**0,46**

Entre os períodos analisados, a capacidade da Companhia em honrar suas obrigações no curto prazo, apresentou redução de 73,91%, atingindo o índice de 0,12x, frente aos 0,46x apurados em 31 de dezembro de 2024, devido, principalmente, à elevação dos montantes registrados a título de dividendos

[1] Contrato de Convênio para Celebração de Operações de Derivativos, celebrado pela Brasil PCH com o Itaú Unibanco S.A., operação de SWAP das Debêntures da 1ª Séria da 1ª Emissão da Brasil PCH, visando que os fluxos financeiros das Debêntures Brasil PCH - 1ª Série acrescidos do SWAP Brasil PCH sejam idênticos aos da segunda série ("SWAP Brasil PCH").

[2] A Dívida Bruta é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Bruta não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

[3] A Dívida Líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos passivos circulantes e não circulantes, descontada de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Dívida Líquida não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação.

a pagar (R$ 944.306), debêntures (R$ 94.883), e SWAP Brasil PCH (R$ 13.425), somada à redução (R$ 123.972) do ativo circulante (afetado principalmente pela redução (R$ 100.499) do montante registrado a título de contas a receber de clientes), parcialmente compensados pela redução do montante registrado a título de prêmio de repactuação (R$ 105.883) e impostos, contribuições e taxas a recolher (R$ 13.054).

Já o índice de liquidez geral, que mede a capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo, é calculado pela razão do (a.1) saldo do ativo circulante somado ao (a.2) ativo não circulante pelo (b.1) passivo circulante acrescido do (b.2) passivo não circulante. O quadro a seguir traz a reconciliação do indicador nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Liquidez Geral	**Em**	
(R$ mil)	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativo Circulante (a.1)	199.119	323.091
Ativo Não Circulante (a.2)	3.161.979	3.236.859
Total do Ativo	**3.361.098**	**3.559.950**
Passivo Circulante (b.1)	1.637.934	699.674
Passivo Não Circulante (b.2)	1.416.324	1.878.865
Total do Passivo	**3.054.258**	**2.578.539**
Liquidez Geral [(a.1) + (a.2) / (b.1) + (b.2)]	**1,100**	**1,381**

Em 31 de dezembro de 2025, o Índice de Liquidez Geral apresentou redução de 20,29%, atingindo o índice de 1,10x, frente aos 1,38x apurados em 31 de dezembro de 2024, devido, principalmente, à (a) ; elevação dos montantes registrados a título de dividendos a pagar (R$ 944.306), somados à (b) redução (R$ 198.852) do total dos ativos, afetada principalmente pela redução dos montantes registrados a título de contas a receber de clientes (R$ 100.499), imobilizado e intangível (R$ 78.885) e caixa e equivalentes de caixa (R$ 26.290), parcialmente compensados pela redução (c) dos saldos apurados com Debêntures (R$ 307.436), outros passivos (R$ 105.394), SWAP Brasil PCH (R$ 23.195), impostos, contribuições e taxas a recolher (R$ 11.097), impostos e contribuições diferidas (R$ 11.469) e provisões para compromissos futuros (R$ 10.373).

2.2 Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido consolidado da Companhia montava R$ 306.840, ao passo que, ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, somava R$ 981.411, apresentando, portanto, redução de R$ 674.571, equivalente a 68,73%, devido, principalmente, à reversão de parcela (R$ 719.539) da reserva de lucros, parcialmente compensada pelo aumento (R$ 44.851) de dividendos adicionais propostos pela Companhia aos seus acionistas.

Já os passivos totais, apurados no período foram de R$ 3.054.258, representando aumento de R$ 475.719, equivalente a 18,45%, frente ao valor apurado em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.578.539) devido, principalmente ao aumento dos montantes registrados a título de dividendos a pagar (R$ 944.306), parcialmente compensados pela redução das debêntures (R$ 307.436), do montante registrado a título de prêmio de repactuação (R$ 105.883), do SWAP Brasil PCH (R$ 23.195), impostos, contribuições e taxas a recolher (R$ 11.097), impostos e contribuições diferidas (R$ 11.469) e provisões para compromissos futuros (R$ 10.373).

Assim, ao final do período findo em 31 de dezembro de 2025, a estrutura de capital da Companhia contemplava 9,13% de capital próprio (patrimônio líquido) e 90,87% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2024 era composta por 27,57% de capital próprio e 72,43% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Indicadores de investimento	Em				2025x2024
	31/12/2025		31/12/2024		
	(R$ mil)	AV %	(R$ mil)	AV %	AH %
Patrimônio Líquido	306.840	9,13%	981.411	27,57%	(68,73%)
Passivo Total	3.054.258	90,87%	2.578.539	72,43%	18,45%
Total	**3.361.098**	**100,00%**	**3.559.950**	**100,00%**	**(5,59%)**

Os Diretores da Companhia entendem que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e patrimônio líquido, apresenta níveis adequados de alavancagem.

2.3 Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando as disponibilidades da Companhia, os valores registrados no passivo circulante a título de debêntures, CCB e SWAP Brasil PCH, bem como o fluxo de recursos decorrentes de seus investimentos, os diretores entendem que, na data de emissão deste relatório, o fluxo de caixa da Companhia está adequado às suas necessidades de curto prazo, conforme quadro abaixo:

Capacidade de pagamento dos compromissos financeiros	Exposição
(R$ mil)	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	100.739
Títulos de dívida inferiores a 1 ano (debêntures, CCB e SWAP Brasil PCH)	(490.338)
Endividamento líquido inferior a 1 ano	**(389.599)**

Nesse sentido, cumpre ressaltar que a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia está diretamente vinculada à geração de caixa e distribuição de dividendos pela BSB e pela Brasil PCH.

Assim, considerando o histórico de distribuição de dividendos por BSB e Brasil PCH, ambos lastreados no resultado da operação das 13 (treze) PCHs, todas (i) inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA até os anos de 2028 ou 2029, conforme o caso, (ii) integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) e (iii) optantes pela Repactuação do Risco Hidrológico, na Modalidade SP100, os fluxos de caixa da Brasil PCH e, consequentemente, da Companhia apresentam, no entendimento da administração, estabilidade e previsibilidade compatíveis e adequados à gestão dos seus compromissos financeiros, conforme cronogramas pactuados.

Para mais informações sobre os fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 vide item 3.2 abaixo.

2.4 Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício social encerrado em 2024, foram utilizados como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes recursos oriundos de seus investimentos na BSB e na Brasil PCH, bem como mediante a emissão de CCB, conforme previamente autorizada pela integralidade dos debenturistas da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, registrou-se a geração operacional de caixa líquido de R$ 419.204 (R$ 453.280 em 2024), representando redução de R$ 34.076, equivalente a 7,52%, devido, principalmente, ao maior pagamento de juros pagos sobre empréstimo CCB (R$ 30.472), imposto de renda e contribuição social (R$ 16.487) e menor geração de caixa pelas operações (R$ 8.780), parcialmente compensados pela redução (R$ 20.288) dos juros pagos sobre debêntures.

2.5 Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

As principais fontes de recursos para suprir eventual necessidade de capital, no curso regular dos negócios da Companhia, decorrem dos seus acionistas e/ou investimentos em controladas.

2.6 Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dos empréstimos e financiamentos é de R$ 1.319.393 (R$ 1.643.925 em 31 de dezembro de 2024), valor que engloba as debêntures emitidas pela Companhia, a CCB, as debêntures da BSB e da Brasil PCH, bem como o SWAP Brasil PCH.

Para fins desse item, o nível de endividamento foi calculado considerando a soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, totalizando R$ 1.218.654 (R$ 1.516.896 em 31 de dezembro de 2024).

As principais características do endividamento da Companhia, ao final dos dois últimos exercícios estão indicadas na tabela abaixo:

Natureza	Moeda	Taxa de Juros	Vencimento	Em	
		% a.a.		31/12/2025	31/12/2024
Debênture 1ª Série ELRV11	(R$)	7,04% +IPCA	15/04/2030	598.846	684.411
Debênture 1ª Série BSBE11	(R$)	7,04% +IPCA	15/04/2030	256.650	293.320
Debênture 1ª Série BPCH11	(R$)	2,39%+ CDI	15/11/2026	91.761	169.068
Debenture 2ª Série BPCH21	(R$)	8,2647%+IPCA	15/11/2026	132.074	234.061
Empréstimo - CCB	(R$)	1,39% + CDI	16/06/2028	201.220	201.028
Instrumento Fin. Derivativo (SWAP Brasil PCH)	(R$)	IPCA+8,2647%	15/11/2026	38.842	62.037
Total de Empréstimos e Financiamentos (A)				**1.319.393**	**1.643.925**
Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras (B)				100.739	127.029
Dívida Líquida de Empréstimos e Financiamentos (A) – (B)				**1.218.654**	**1.516.896**

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes: Em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras da Companhia englobam 01 (uma) CCB e 03 (três) contratos de emissão de títulos de valores mobiliários (debêntures), conforme relacionadas a seguir:

Empréstimo – CCB: emitida pela Companhia em 16 de dezembro de 2024, com prazo de vencimento de 3 (três) anos e 6 (seis) meses, vencendo, portanto, em 16 de junho de 2028 ("Data de Vencimento CCB"). Incidem juros remuneratórios equivalentes à Taxa CDI, acrescida de spread (sobretaxa) de 1,39% (um inteiro e trinta e nove centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial *pro rata temporis*.

A emissão da CCB foi previamente autorizada por 100% dos debenturistas da 1ª (primeira) emissão de

debêntures da Companhia, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 16 de dezembro de 2024, renunciando ao exercício do direito de declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, única e exclusivamente em decorrência da emissão da CCB, de forma que, nesse caso, não será caracterizado qualquer descumprimento da Escritura de Emissão.

Debêntures Série Única – ELRV11: emitidas pela Companhia em 15 de setembro de 2021 ("Data de Emissão"), com prazo de 8,5 anos, vencendo, portanto, em 15 de abril de 2030 ("Data de Vencimento Debêntures ELR"). Foram emitidas 805.000 debêntures, no valor nominal unitário de R$ 1, perfazendo, na Data de Emissão, o valor total de R$ 805.000 ("Debêntures Eletroriver"). O valor nominal das Debêntures Eletroriver será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), conforme fórmula constante da escritura de emissão ("Valor Nominal Atualizado Debêntures ELR"). Sobre o Valor Nominal Atualizado incidem juros remuneratórios correspondentes a 7,04% ao ano. O pagamento da remuneração é semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022 e o último na Data de Vencimento Debêntures ELR. O principal será amortizado em 17 (dezessete) parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de abril de 2022 e a última na Data de Vencimento Debêntures ELR. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a aquisição de participação adicional na Brasil PCH.

Debênture Série Única – BSB11: emitidas pela BSB em 15 de setembro de 2021 ("Data de Emissão Debêntures BSB"), com prazo de 8,5 anos, vencendo, portanto, em 15 de abril de 2030 ("Data de Vencimento Debêntures BSB"). Foram emitidas 345.000 debêntures, no valor nominal unitário de R$ 1 ("Debêntures BSB"), perfazendo, na Data de Emissão Debêntures BSB, o valor total de R$ 345.000. O valor nominal das Debêntures BSB será atualizado pela variação acumulada do IPCA, conforme fórmula constante da escritura de emissão ("Valor Nominal Atualizado Debêntures BSB"). Sobre o Valor Nominal Atualizado Debêntures BSB incidem juros remuneratórios correspondentes a 7,04 % ao ano. O pagamento da remuneração é semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022 e o último na Data de Vencimento Debêntures BSB. O principal será amortizado em 17 (dezessete) parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de abril de 2022 e a última na Data de Vencimento Debêntures BSB. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a aquisição de participação adicional na Brasil PCH.

Debênture 1ª Série – BPCH11: emitidas em 15 de outubro de 2018 ("Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 1ª Série"), com prazo de 97 meses, vencendo, portanto, em 15 de novembro de 2026 ("Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 1ª Série"). Foram emitidas 450.000 debêntures, no valor nominal unitário de R$ 1 ("Debêntures Brasil PCH – 1ª Série"), perfazendo, na Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 1ª Série, o valor total de R$ 450.000. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem, juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, calculadas nos termos da escritura de emissão ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa de 2,39% (dois inteiros e trinta e nove centésimos por cento) ao ano. O principal será amortizado em 31 (trinta e uma) parcelas trimestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de fevereiro de 2019 e a última na Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 1ª Série. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a quitação integral de dívidas existentes na data da emissão.

Debênture 2ª Série – BPCH21: emitidas pela Brasil PCH em 15 de outubro de 2018 ("Data de Emissão

Debêntures Brasil PCH – 2ª Série"), com prazo de vencimento de 08 anos e um mês anos, vencendo, portanto, em 15 de novembro de 2026 ("Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 2ª Série"). Foram emitidas 450.000 debêntures, no valor nominal unitário de R$ 1 ("Debêntures Brasil PCH – 2ª Série" e, em conjunto com Debêntures Brasil PCH – 1ª Série, "Debêntures Brasil PCH"), perfazendo, na Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 2ª Série, o valor total de R$ 450.000. O valor nominal das Debêntures é atualizado pela variação acumulada do IPCA, conforme fórmula constante da escritura de emissão ("Valor Nominal Atualizado Debêntures Brasil PCH – 2ª Série"). Sobre o Valor Nominal Atualizado Debêntures Brasil PCH – 2ª Série incidem juros remuneratórios correspondentes a 8,2647%. O principal será amortizado em 31 (trinta e uma) parcelas trimestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de fevereiro de 2019 e a última na Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 1ª Série. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a quitação integral de dívidas existentes na data da emissão.

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estava vigente o SWAP Brasil PCH, estruturado visando que os fluxos financeiros das Debêntures Brasil PCH - 1ª Série acrescidos do SWAP Brasil PCH sejam idênticos aos da Brasil PCH - 2ª Série.

Grau de subordinação entre as dívidas: Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos.

As Debêntures Eletroriver e as Debêntures BSB são garantidas pela alienação fiduciária da totalidade das ações representativas da integralidade do capital social da Brasil PCH, na proporção de suas participações na controlada.

Já as Debêntures Brasil PCH, assim como o SWAP Brasil PCH, compartilham, dentre outras garantias: (i) da alienação fiduciária da totalidade das ações, existentes e que venham a ser emitidas pelas sociedades de propósito específico ("SPEs") e detidas pela PCHPAR PCH Participações S.A. ("PCHPAR"), assim como aquelas de emissão da PCHPAR; (ii) de garantias fidejussórias prestadas pela PCHPAR e pelas SPEs; e (iii) cessão fiduciária de direitos emergentes das autorizações concedidas às SPEs pela ANEEL, assim como dos direitos creditórios oriundos dos contratos de compra e venda de energia firmados no âmbito do PROINFA.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Cumpre ressaltar que a CCB da Eletroriver não conta com garantias.

Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições: Em 15 de setembro de 2021, a Companhia realizou a emissão das Debêntures, cuja escritura de emissão traz hipóteses usuais de vencimento antecipado automático e não automático, tais como eventuais mudanças ou transferência do controle acionário da Companhia ou da Brasil PCH, contratação de novas dívidas, incluindo nova emissão de debêntures, celebração de contratos de mútuo e realização de adiantamento para futuro aumento de capital.

Adicionalmente, a Companhia está obrigada, desde o ano de 2022 a manter índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD Debêntures ELR") de 1,20x ou superior. O não cumprimento dos Covenants e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou o ICSD Debêntures ELR de 1,41x (1,47x em 31 de dezembro de 2024), cumprindo, assim, a obrigação prevista na escritura de emissão.

Outrossim, as Debêntures trazem hipóteses de vencimento antecipado referentes a ações da Brasil PCH vinculadas a novos empréstimos e/ou financiamentos, alterações na escritura da emissão de debêntures da Brasil PCH, bem como vinculadas a questões operacionais quanto à permanência das SPEs no MRE, término de determinados contratos no âmbito do PROINFA, não manutenção da repactuação do risco hidrológico e/ou determinadas modificações de características físicas dos empreendimentos.

Tendo em vista que a emissão da CCB da Companhia está subordinada, ainda, a hipóteses usuais de vencimento antecipado, incluindo, dentre outros, restrições quanto à alteração do objeto social, alteração da composição do capital social da Companhia ou redução do capital social, mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência expressa dos credores, bem como a manutenção, em caso de pagamento de dividendos, lucros, juros sobre o capital próprio, e/ou outras formas de distribuição de lucros aos acionistas, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD CCB") superior a 1,10x.

Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras: As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, conforme aplicáveis às empresas no Brasil registradas na CVM.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Demonstrativo de Resultados

No quadro abaixo seguem apresentados os resultados apurados pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparados com os resultados obtidos no mesmo período do ano anterior.

Demonstração do Resultado - Consolidado	No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 comparado com o mesmo período de 2024				
	31/12/2025		31/12/2024		
	(R$/mil)	AV(%)	(R$/mil)	AV(%)	AH(%)
Receita Líquida De Vendas	728.479	100,00%	697.658	100,00%	4,42%
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	(85.220)	(11,70%)	(84.878)	(12,17%)	0,40%
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	(27.808)	(3,82%)	(26.592)	(3,81%)	4,57%
Custos com pessoal	(22.897)	(3,14%)	(21.197)	(3,04%)	8,02%
Custos com manutenção	(16.894)	(2,32%)	(13.991)	(2,01%)	20,75%
Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (EUSD)	(11.817)	(1,62%)	(10.924)	(1,57%)	8,17%
Custos com seguros	(9.441)	(1,30%)	(10.866)	(1,56%)	(13,11%)
Custos com operação	(2.882)	(0,40%)	(3.376)	(0,48%)	(14,63%)
Taxas setoriais	(1.255)	(0,17%)	(1.202)	(0,17%)	4,41%
Custos com meio ambiente	(877)	(0,12%)	(868)	(0,12%)	1,04%
Outros custos	732	0,10%	(365)	(0,05%)	(300,55%)
Total do custo das vendas de energia	(178.359)	(24,48%)	(174.259)	(24,98%)	2,35%
Lucro Bruto	**550.120**	**75,52%**	**523.399**	**75,02%**	**5,11%**
OUTRAS RECEITAS(DESPESAS)					
Despesas com pessoal e administradores	(13.703)	(1,88%)	(13.097)	(1,88%)	4,63%
Despesas administrativas e gerais	(1.913)	(0,26%)	(2.295)	(0,33%)	(16,64%)
Depreciação e amortização	(875)	(0,12%)	(859)	(0,12%)	1,86%
Receita com indenizações recebidas	1.417	0,26%	-	0,00%	0,00%
Outras despesas/receitas	(4.949)	(0,68%)	(5.855)	(0,84%)	(15,47%)
Total Outras Receitas (Despesas)	(20.023)	(2,75%)	(22.106)	(3,17%)	(9,42%)
Lucro Antes do Resultado Financeiro e Impostos	**530.097**	**72,77%**	**501.293**	**71,85%**	**5,75%**
Despesas financeiras	(192.970)	(26,49%)	(210.290)	(30,14%)	(8,24%)
Receitas financeiras	33.856	4,65%	31.631	4,53%	7,03%
Total do resultado financeiro	(159.114)	(21,84%)	(178.659)	(25,61%)	10,94%
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**370.983**	**50,93%**	**322.634**	**46,25%**	**14,99%**

Demonstração do Resultado - Consolidado	No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 comparado com o mesmo período de 2024				
	31/12/2025		31/12/2024		
	(R$/mil)	AV(%)	(R$/mil)	AV(%)	AH(%)
Imposto de renda e contribuição social	(37.246)	(5,11%)	(47.914)	(6,87%)	(22,26%)
Lucro Líquido do Exercício	**333.737**	**45,81%**	**274.720**	**39,38%**	**21,48%**

Receita líquida de vendas: A receita líquida atingiu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de R$ 728.479, representando aumento de R$ 30.821, equivalente a 4,42%, quando comparado a 31 de dezembro de 2024, quando foram registrados R$ 697.658, tendo em vista, principalmente, o retorno da controlada indireta, Jataí Energética S.A., à tributação pelo regime de lucro presumido e consequente redução dos impostos sobre a comercialização de energia.

Custos das Vendas de Energia: Os custos das vendas de energia atingiram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de R$ 178.359, frente aos R$ 174.259 apurados no período anterior, representando variação para maior de R$ 4.100, equivalente a 2,35%, devido, principalmente, ao aumento dos custos de manutenção (R$ 2.903), pessoal (R$ 1.700) e repactuação do risco hidrológico (R$ 1.216), parcialmente compensados pela redução no custo com seguros (R$ 1.425).

Lucro Bruto: Em decorrência dos fatores acima, em 31 de dezembro de 2025, foi apurado lucro bruto no montante de R$ 550.120, representando aumento de R$ 26.721, correspondente a 5,11%, se comparado ao registrado no período anterior, quando se verificou o montante de R$ 523.399.

Outras Receitas (Despesas): Em 31 de dezembro de 2025, foram apuradas Outras Receitas (Despesas) no montante de R$ 20.023 negativos, frente aos R$ 22.106, também negativos, registrados no mesmo período do exercício anterior, representando variação para menor das despesas em R$ 2.083, equivalente a 9,42%, devido, principalmente, ao reconhecimento de R$ 1.417 em receitas de indenizações no exercício de 2025.

Lucro antes do resultado financeiro e impostos: Em decorrência dos fatores acima, o lucro antes do resultado financeiro e impostos totalizou R$ 530.097, em 31 de dezembro de 2025, representando aumento de R$ 28.804, equivalente a 5,75%, se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R$ 501.293.

Total do resultado financeiro: Em 31 de dezembro de 2025, apurou-se resultado financeiro de R$ 159.114 negativos, representando aumento de R$ 19.545, equivalentes a 10,94%, se comparado com 31 de dezembro de 2024, quando se apurou resultado também negativo de R$ 178.659, devido, principalmente, à redução (R$ 17.320) das despesas financeiras, e elevação (R$ 2.225) das receitas financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social: As apurações do imposto de renda e da contribuição social totalizaram R$ 37.246, em 31 de dezembro de 2025, representando redução de R$ 10.668, equivalente a 22,26%, se comparado com 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R$ 47.914, devido, principalmente, ao enquadramento, de controlada indireta no regime de tributação pelo lucro presumido.

Lucro líquido do exercício: Em decorrência dos fatores acima, apurou-se lucro líquido de R$ 333.737 em 31 de dezembro de 2025, representando aumento de R$ 59.017, equivalente a 21,48%, se comparado ao mesmo período de 2024, quando totalizou R$ 274.720.

3.2 Demonstrativo de Fluxo de Caixa

No quadro abaixo segue apresentado o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas, comparados com o apurado no mesmo período do ano anterior.

Demonstrações de fluxo de caixa	Em		AH (%)
	31/12/2025 (R$/mil)	31/12/2024 (R$/mil)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	113.229	135.650	(16,53%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	419.204	453.280	(7,52%)
Caixa aplicado nas aplicações nas atividades de investimento	(36.516)	(19.857)	83,89%
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(443.223)	(455.844)	(2,77%)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	52.694	113.229	(53,46%)

Fluxo de caixa das atividades operacionais: Em 31 de dezembro de 2025, apurou-se geração de caixa líquido decorrente das atividades operacionais no montante de R$ 419.204, frente aos R$ 453.280 apurados no mesmo período do ano anterior, representando redução de R$ 34.076, equivalente a 7,52%, devido, principalmente, ao aumento dos pagamentos de juros sobre CCB (R$ 30.472), imposto de renda

e contribuição social (R$ 16.487) somados à menor (R$ 8.780) geração de caixa pelas operações, parcialmente compensados pela redução nos pagamentos de juros sobre debêntures (R$ 20.228).

Fluxo de caixa das atividades de investimento: Em 31 de dezembro de 2025, o fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento somou R$ 36.516 negativos, frente aos R$ 19.857 também negativos registrados no mesmo período do ano de 2024, representando aumento (R$ 16.659) dos investimentos, equivalente a 83,89%, devido, principalmente, ao aumento do volume de aplicações financeiras (R$ 26.703), parcialmente compensados pela redução (R$ 8.627) verificada na aquisição de imobilizado e intangível.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento: Em 31 de dezembro de 2025, o fluxo aplicado nas atividades de financiamento somou R$ 443.223 negativos, frente aos R$ 455.844 também negativos registrados no mesmo período de 2024, representando aumento de R$ 12.621, equivalentes a 2,77%, devido, principalmente, à redução (R$ 261.529) de dividendos pagos, parcialmente compensados pela ausência de captação de recursos (R$ 200.000 no exercício de 2024), bem como pelo maior pagamento de debentures (R$ 41.437) e instrumentos derivativos (R$ 8.454).

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício: Por todo o exposto acima, registrou-se saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 no montante de R$ 52.694, representando redução de R$ 60.535, equivalente a 53,46%, frente aos R$ 113.229 registrados no mesmo período do exercício anterior.

4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), empresa de auditoria independente contratada pela Companhia, além de prestar serviços relativos à auditoria externa das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 2025, também prestou os serviços de asseguração limitada sobre a estrutura de controles para o processo de compilação e apuração dos índices financeiros (“Relatório ICSD”) e de revisão da Escrituração Contábil Fiscal (“ECF").

Com relação ao ECF, o auditor foi contratado em julho 2022 para execução do serviço de revisão das apurações do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, da Contribuição Social do Lucro Líquido e do arquivo ECF da Companhia, com enfoque nos blocos de apuração da ECF e na consistência de suas informações, tendo como base a documentação suporte. Para a realização do escopo de revisão anual do arquivo ECF, a Companhia dispendeu o montante de R$ 6.514,95 que corresponde a 2,99% do valor total contratado para os serviços de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Com relação ao Relatório ICSD, a Deloitte foi contratada no mês de agosto de 2022 para sua elaboração, em decorrência de exigência contida na escritura da 1ª emissão de debêntures da Companhia. A partir de então, o Relatório ICSD deverá ser elaborado (i) semestralmente, tendo por base as demonstrações financeiras da Companhia; ou (ii) eventualmente, em caso de distribuição trimestral de dividendos intercalares, com base em lucro acumulado após o término do exercício fiscal anterior, tendo por base demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a realização do escopo da asseguração limitada sobre o Relatório ICSD, a Companhia dispendeu o montante de R$ 22.008,13, correspondente a 10,09% do valor total contratado para os serviços de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia entende que tal procedimento aperfeiçoa seus processos de governança, e a qualidade dos dados apresentados aos seus acionistas e mercado em geral.

Por se tratar de elemento de asseguração com base na NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, bem como pelo fato de que a revisão do ECF se trata de trabalho de compliance tributário, esses serviços não resultam na existência de conflito de interesses com os trabalhos de auditoria externa realizados, ou em perda de independência e de objetividade dos auditores.

Os auditores entendem que os serviços mencionados não configuram perda de independência relacionada ao trabalho de auditoria. A Administração também entende que ela não consta dos impedimentos previstos no artigo 23 da Resolução CVM nº 23/2021e que estão em linha com a Resolução CFC1311.

5 EQUIDADE

Em observância ao disposto no art. 133, parágrafo 6º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades Anônimas"), conforme alterada pela Lei nº 15.177/2025, a Companhia informa que tem por premissa a equidade entre os membros da administração, comprometendo-se a assegurar igualdade de condições e oportunidades, em prol do respeito à individualidade e meritocracia. Cumpre ressaltar que a Companhia não possui funcionários contratados de forma direta e que as informações relativas à remuneração fixa e variável contemplam apenas os valores pagos diretamente pela Companhia.

Segue abaixo tabela apresentando a síntese dos indicadores internos da Companhia em atendimento ao dispositivo legal, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025:

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025

	Conselho de Administração				**Diretoria**			
Sexo dos Colaboradores	Quantidade	%	Remuneração Fixa (%)	Remuneração Variável (%)	Quantidade	%	Remuneração Fixa (%)	Remuneração Variável (%)
Mulheres	0	0%	0%	0%	0	0%	0%	0%
Homens	3	100%	0%	0%	2	100%	100%	0%
Total	**3**	**100%**	**0%**	**0%**	**2**	**100%**	**100%**	**0%**

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

	Conselho de Administração				**Diretoria**			
Sexo dos Colaboradores	Quantidade	%	Remuneração Fixa (%)	Remuneração Variável (%)	Quantidade	%	Remuneração Fixa (%)	Remuneração Variável (%)
Mulheres	0	0%	0%	0%	0	0%	0%	0%
Homens	3	100%	0%	0%	2	100%	100%	0%
Total	**3**	**100%**	**0%**	**0%**	**2**	**100%**	**100%**	**0%**

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.673	4.071	52.694	113.229
Aplicações financeiras	8	2	205	48.045	13.800
Contas a receber de clientes	9	-	-	82.151	182.650
Dividendos a receber	11	404.656	253.541	-	-
Impostos a recuperar		1.261	864	11.394	8.113
Despesas antecipadas		2	2	4.462	4.994
Outros ativos circulantes		1	-	373	305
Total dos ativos circulantes		410.595	258.683	199.119	323.091
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Impostos e contribuições diferidos		-	-	520	396
Impostos a recuperar				253	252
Depósitos judiciais	10	-	-	23.230	20.626
Outros ativos não circulantes		-	-	1.563	287
Investimentos em controladas	12	1.734.057	1.706.235	-	-
Imobilizado	13	-	-	1.211.365	1.252.975
Intangível	14	-	-	1.925.048	1.962.323
Total dos ativos não circulantes		1.734.057	1.706.235	3.161.979	3.236.859
TOTAL DOS ATIVOS		2.144.652	1.964.918	3.361.098	3.559.950

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores		-	7	781	1.539
Seguros a pagar		-	-	2.915	3.279
Debêntures	15.1	157.008	115.996	446.964	352.081
Empréstimo - CCB	15.2	4.532	694	4.532	694
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	-	2.810	2.519
Impostos, contribuições e taxas a recolher	17	86	157	28.213	41.267
Dividendos a pagar	20	1.080.239	141.981	1.093.824	149.518
Provisão para férias		-	-	2.386	2.231
Receita diferida	18	-	-	5.810	4.251
Instrumento financeiro derivativo - SWAP	15.1	-	-	38.842	25.417
Provisões para compromissos futuros	16	-	-	7.484	8.261
Passivo de arrendamento		-	-	598	448
Outros passivos	1.2	-	-	2.775	108.169
Total dos passivos circulantes		1.241.865	258.835	1.637.934	699.674
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Debêntures	15.1	431.169	555.023	625.863	1.028.182
Empréstimo - CCB	15.2	195.867	199.179	195.867	199.179
Instrumento financeiro derivativo - SWAP	15.1	-	-	-	36.620
Passivo de arrendamento		-	-	-	173
Impostos e contribuições diferidas	25	-	-	550.740	562.209
Impostos, contribuições e taxas a recolher	17	-	-	18.310	16.353
Provisões para compromissos futuros	16	-	-	20.922	31.295
Provisões para riscos	19	-	-	4.622	4.854
Total dos passivos não circulantes		627.036	754.202	1.416.324	1.878.865
		1.868.901	1.013.037	3.054.258	2.578.539
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20				
Capital social		66.071	66.071	66.071	66.071
Reservas de lucros		13.214	732.753	13.214	732.753
Dividendos adicionais propostos		179.891	135.040	179.891	135.040
Ajuste de avaliação patrimonial		16.575	18.017	16.575	18.017
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		275.751	951.881	275.751	951.881
Participação dos acionistas não controladores		-	-	31.089	29.530
Total do patrimônio liquido		275.751	951.881	306.840	981.411
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.144.652	1.964.918	3.361.098	3.559.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	23	-	-	728.479	697.658
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	24	-	-	(85.220)	(84.878)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	-	-	(27.808)	(26.592)
Custos com pessoal		-	-	(22.897)	(21.197)
Custos com manutenção		-	-	(16.894)	(13.991)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)		-	-	(11.817)	(10.924)
Custos com seguros		-	-	(9.441)	(10.866)
Custos com operação		-	-	(2.882)	(3.376)
Taxas setoriais		-	-	(1.255)	(1.202)
Custos com meio ambiente		-	-	(877)	(868)
Outros custos		-	-	732	(365)
Total do custo das vendas de energia	24	-	-	(178.359)	(174.259)
LUCRO BRUTO		-	-	550.120	523.399
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas com pessoal e administradores		(183)	(187)	(13.703)	(13.097)
Despesas administrativas e gerais	24	(31)	(28)	(1.913)	(2.295)
Depreciação e amortização	24	-	-	(875)	(859)
Receita com indenizações recebidas	1.3	-	-	1.417	-
Outras receitas (despesas), líquidas	24	(667)	(696)	(4.949)	(5.855)
	24	(881)	(911)	(20.023)	(22.106)
Resultado de equivalência patrimonial	12	429.859	356.798	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		428.978	355.887	530.097	501.293
Despesas financeiras	25	(107.066)	(92.590)	(192.970)	(210.290)
Receitas financeiras	25	1.658	3.605	33.856	31.631
Total do resultado financeiro		(105.408)	(88.985)	(159.114)	(178.659)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		323.570	266.902	370.983	322.634
Corrente	26	-	-	(48.774)	(59.391)
Diferido	26	-	-	11.528	11.477
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	(37.246)	(47.914)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		323.570	266.902	333.737	274.720
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES				323.570	266.902
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES				10.167	7.818
LUCRO BÁSICO/ DILUÍDO POR AÇÃO - R$	21	5,2477	4,3286		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	323.570	266.902	333.737	274.720
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Ganho (perda) de valor justo de instrumentos de "hedge" durante o exercíc	(1.442)	7.514	(1.482)	7.722
RESULTADO ABRANGENTE DO TOTAL	322.128	274.416	332.255	282.442
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES			322.128	274.416
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES			10.127	8.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados controladora	Patrimônio líquido controladora	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Reserva legal	Reserva de Lucros a Realizar						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		66.071	13.214	719.539	157.732	10.503	-	967.059	29.867	996.926
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2023 (R$2,63 por ação)		-	-	-	(157.732)	-	-	(157.732)	(4.572)	(162.304)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	266.902	266.902	7.818	274.720
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controladas		-	-	-	-	7.514	-	7.514	208	7.722
Destinações:										
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (R$1,11 por ação)	20.5	-	-	-	-	-	(66.726)	(66.726)	(1.955)	(68.681)
Dividendos declarados adicional (R$1,09 por ação)	20.5	-	-	-	-	-	(65.136)	(65.136)	(1.836)	(66.972)
Dividendos adicionais propostos (R$2,19 por ação)	20.5	-	-	-	135.040	-	(135.040)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		66.071	13.214	719.539	135.040	18.017	-	951.881	29.530	981.411
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2024 (R$ 2,26 por ação)		-	-	-	(135.040)	-	-	(135.040)	(4.028)	(139.068)
Reversão de reserva de lucros a realizar (R$ 11,67 por ação)	20.4	-	-	(719.539)	-	-	-	(719.539)	-	(719.539)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	323.570	323.570	10.167	333.737
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controladas		-	-	-	-	(1.442)	-	(1.442)	(40)	(1.482)
Destinações:										
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (R$ 1,35 por ação)	20.5	-	-	-	-	-	(80.893)	(80.893)	(2.542)	(83.435)
Dividendos declarados adicional (R$ 1,05 por ação)	20.5	-	-	-	-	-	(62.786)	(62.786)	(1.998)	(64.784)
Dividendos adicionais propostos (R$ 2,92 por ação)	20.5	-	-	-	179.891	-	(179.891)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		66.071	13.214	-	179.891	16.575	-	275.751	31.089	306.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		323.570	266.902	370.983	322.634
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível		-	-	93	841
Receita com indenizações recebidas		-	-	(1.417)	-
Encargos financeiros sobre debêntures	15.1 e 25	73.151	84.864	148.626	183.005
Encargos financeiros sobre empréstimo - CCB	15.2	30.664	1.028	30.664	1.028
Amortização do ajuste a valor justo debêntures	15.1 e 25	-	-	(11.186)	(11.186)
Atualização financeira sobre depósitos judiciais		-	-	(2.016)	(4.309)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		(202)	(468)	(9.820)	(3.226)
Atualização financeira sobre impostos a recolher	25			1.974	3.934
Atualização financeira sobre compromissos futuros	16	-	-	764	966
Atualização financeira sobre contratos de aluguéis		-	-	185	12
Depreciação e amortização, líquidos dos efeitos dos créditos tributários de PIS e COFINS	24	-	-	86.095	85.737
Equivalência patrimonial	12	(429.859)	(356.798)	-	-
Prêmio de risco repactuação do risco hidrológico	1.2	-	-	27.808	26.592
Constituição do ajuste MRE	1.1	-	-	6.131	4.613
Apropriação do ajuste do MRE	1.1	-	-	(4.374)	(4.466)
Impostos e contribuições diferidos sobre ajuste MRE		-	-	(124)	(154)
Instrumentos financeiros derivativos (curva CDI x IPCA)	15.1 e 25	-	-	2.728	9.639
Custo de transação de Debêntures	15.1 e 25	2.723	2.724	5.280	5.281
Taxa de comissionamento - CCB	15.2	334	11	334	11
Constituição (Reversão) de Provisão para riscos, líquida	19	-	-	(93)	389
Atualização sobre provisões de riscos	19	-	-	276	352
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes	9	-	-	(33.269)	(6.338)
Impostos a recuperar		(397)	1.448	(20.997)	(10.663)
Despesas antecipadas		-	-	3.447	4.185
Outros ativos		-	-	(1.542)	687
Fornecedores		(8)	7	(923)	196
Seguros a pagar		-	-	(3.279)	(3.858)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	-	291	92
Impostos e contribuições a recolher	17	(71)	75	1.029	1.027
Provisão de férias		-	-	155	37
Pagamento provisão para riscos	19	-	-	-	(72)
Pagamento compromissos futuros	16	-	-	(5.845)	(5.292)
Depósitos judiciais		-	-	(626)	(1.002)
Outros passivos		-	-	566	6
Caixa gerado pelas operações		(95)	(207)	591.918	600.698
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Dividendos recebidos	11	249.480	266.561	-	-
Juros recebidos (pagos) sobre instrumento financeiro Swap	15.1	-	-	5.662	4.238
Juros pagos sobre debêntures	15.1	(46.054)	(51.054)	(103.144)	(123.372)
Juros pagos sobre CCB	15.2	(30.472)	-	(30.472)	-
Juros pagos sobre contratos de aluguéis		-	-	-	(11)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(44.760)	(28.273)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		172.859	215.300	419.204	453.280
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisição de imobilizado e intangível	13, 14 e 29	-	-	(13.508)	(22.135)
(Aplicações) Resgates em aplicações financeiras		405	264	(24.425)	2.278
Indenização do sinistro do ativo imobilizado		-	-	1.417	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		405	264	(36.516)	(19.857)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Captação de empréstimo - CCB	15.2	-	200.000	-	200.000
Taxa de comissionamento	15.2	-	(1.166)	-	(1.166)
Dividendos pagos	20	(60.000)	(320.000)	(62.520)	(324.049)
Debêntures pagas	15.1	(112.662)	(102.175)	(347.013)	(305.576)
Pagamento de arrendamento		-	-	(623)	(440)
Instrumentos derivativos pagos	15.1	-	-	(33.067)	(24.613)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(172.662)	(223.341)	(443.223)	(455.844)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		602	(7.777)	(60.535)	(22.421)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício	7	4.071	11.848	113.229	135.650
No fim do exercício	7	4.673	4.071	52.694	113.229
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		602	(7.777)	(60.535)	(22.421)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETRORIVER S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS					
Venda de Energia - Bruta	23	-	-	763.829	734.550
Venda de Energia - Ajustes (MRE)	23	-	-	(1.757)	(249)
Receita com indenizações recebida	23	-	-	1.417	-
Resultado da baixa de ativo imobilizado		-	-	(6)	(120)
Receitas relativas à construção de ativos próprios		-	-	4.383	-
		-	-	767.866	734.181
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Serviços de Terceiros		(579)	(516)	(28.773)	(20.104)
Materiais			-	(2.543)	(3.097)
Outros Custos Operacionais:					
Encargos de Uso da Rede de Distribuição	24		-	(13.072)	(12.126)
Prêmio de repactuação do risco hidrológico	1.2		-	(27.808)	(26.592)
Seguros	24	(4)	-	(9.441)	(10.866)
Outros		(53)	(85)	(1.190)	(3.041)
		(636)	(601)	(82.827)	(75.826)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(636)	(601)	685.039	658.355
RETENÇÕES					
Depreciação e Amortização	24	-	-	(86.095)	(85.737)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		(636)	(601)	598.944	572.618
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	429.859	356.798	-	-
Receitas Financeiras	25	1.542	3.471	17.915	15.570
Outras receitas		116	134	15.941	16.178
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		430.881	359.802	632.800	604.366
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados		130	130	30.851	28.734
Remuneração direta		130	130	22.648	21.374
Benefícios			-	6.463	5.735
FGTS			-	1.740	1.625
Impostos, Taxas e Contribuições		115	180	75.242	90.622
Federais		103	180	75.442	90.448
Estaduais		-	-	(289)	93
Municipais		12	-	89	81
Remuneração de Capitais de Terceiros		107.066	92.590	192.970	210.290
Encargos financeiros sobre debêntures e outros juros	25	73.151	84.864	148.626	183.005
Encargos financeiros sobre empréstimo - CCB		30.664	1.028	30.664	1.028
Instrumento financeiro derivativo		-	-	2.728	9.639
Outras despesas financeiras		3.251	6.698	10.952	16.618
Remuneração de Capitais Próprios		323.570	266.902	333.737	274.720
Dividendos		323.750	266.902	333.737	274.720
		430.881	359.802	632.800	604.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Da Companhia

A Eletroriver S.A. ("Eletroriver", "Companhia" ou "Controladora"), sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria "B" desde o mês de julho/2022, foi constituída em 28 de maio de 1997, com sede social na cidade de Salvador, estado da Bahia, tendo por objeto social a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como a promoção e/ou participação em empreendimentos privados de geração e distribuição de energia elétrica, deles se tornando ou não sócia, controladora ou não, compreendendo: (a) geração, distribuição e comercialização de energia elétrica; (b) o gerenciamento da obtenção e adequação dos recursos necessários para implantação dos mencionados empreendimentos; (c) implantação, com participação societária ou não, de empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; (d) a importação e/ou exportação de mão de obra, tecnologia e equipamentos, bem como suas peças e acessórios, necessários às atividades mencionadas nas alíneas anteriores; (e) participação em outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista; e (f) a participação como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

A Companhia possui como controladora a CS Energia S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, detentora de participação equivalente a 65,97% do capital social da Eletroriver, enquanto o percentual residual de 34,03% é detido por pessoas físicas.

A Companhia detém o controle direto da BSB Energética S.A. ("BSB"), bem como da Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH") e, indireto, da PCHPAR PCH Participações S.A. ("PCHPAR") e de 13 sociedades de propósito específico ("SPEs") que, por sua vez, possuem autorização para explorar 13 pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") ("SPES", em conjunto com a Companhia, BSB, Brasil PCH e a PCHPAR "Grupo"), cujas informações estão discriminadas abaixo, na seção "Dados das Controladas".

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou em seu balanço patrimonial individual capital circulante líquido negativo no montante de R$831.270 (R$152 negativo em 31 de dezembro de 2024), enquanto no balanço patrimonial consolidado o capital circulante líquido negativo registrado é de R$1.438.815 (R$376.583 negativo em 31 de dezembro de 2024). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional da Companhia, visto que o fluxo de suas receitas decorrentes dos seus investimentos em suas controladas é estável e conhecido, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia (o cronograma de pagamento de dividendos está divulgado na nota explicativa nº 20.5).

Dados das controladas

BSB Energética S.A.:

A Companhia detém participação equivalente a 91% do capital social da BSB, sociedade anônima de capital aberto, registrada perante a CVM na categoria "B" desde julho de 2022, constituída em 24 de março de 2000, com sede social na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem por objeto social, direta ou indiretamente, a geração de energia elétrica, sua comercialização e distribuição, incluindo toda e qualquer atividade relacionada ao desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, bem como a participação e investimentos em outras sociedades com atividades semelhantes ao objeto social da Companhia como sócia ou acionista.

Brasil PCH S.A.:

A Companhia detém participação direta de 70% no capital social da Brasil PCH, sociedade anônima, fechada, constituída em 23 de março de 2005, em operação desde 4 de abril de 2006, tendo como objeto social a implementação de pequenas centrais hidrelétricas, seja direta ou indiretamente, bem como toda e qualquer atividade que seja relacionada à administração, construção, planejamento, operação e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável, por meio de pequenas centrais hidrelétricas. Os 30% restantes do capital social da Brasil PCH são detidos pela BSB, também controlada pela Companhia.

A Brasil PCH possui como subsidiária integral a PCHPAR que, por sua vez, detém 100% do capital social de 13 SPEs, titulares de autorizações concedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") para exploração de 13 PCHs, com potência total instalada de 291,5 MW, vincendas, conforme o caso, entre os anos de 2041 a 2043, podendo ser prorrogadas por 30 anos, nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei nº 13.360/2016, e regulamentada pelo Decreto nº 9.158/2017. Abaixo, são apresentadas as informações relativas às PCHs:

PCHs	Localização	Capacidade Instalada (MW) (**)	Energia Assegurada (MWm) (**)	Início da Autorização	Início da operação comercial	Término da autorização (*)
Bonfante	Rio Paraibuna, Simão Pereira, MG	19	13,48	28/08/2001	02/08/2008	06/03/2042
Calheiros	Rio Itabapoana, Bom Jesus, RJ	19,5	10,92	14/01/2000	12/09/2008	09/05/2042
Caparaó	Rio Preto, Dores do Rio Preto, ES	4,5	2,61	30/12/1999	30/12/2008	15/10/2042
Carangola	Rio Carangola, Carangola, MG	15	9,57	23/12/1999	25/06/2008	13/01/2042
Funil	Rio Guanhães, Dores de Guanhães, MG	22,5	14,54	23/12/1999	05/03/2008	23/06/2041
Irara	Rio Doce, Jatai, GO	30	18,21	25/09/2002	06/09/2008	08/04/2042
Jataí	Rio Claro, Jatai, GO	30	20,35	19/12/2002	30/07/2008	20/02/2042
Monte Serrat	Rio Paraibuna, Comendador Levy Gasparian, RJ	25	18,28	28/08/2001	13/02/2009	04/12/2042
Retiro Velho	Rio da Prata, Aporé, GO	18	13,15	13/11/2002	16/06/2009	30/05/2043
Santa Fé	Rio Paraibuna, Três Rios, RJ	30	26,1	06/11/2002	09/05/2008	14/11/2041
São Joaquim	Rio Benevente, Alfredo Chaves, ES	21	13,28	19/10/2000	17/04/2008	12/10/2041
São Pedro	Rio Jucu Braço Norte, Domingos Martins, ES	30	18,41	19/11/2003	16/06/2009	14/06/2043
São Simão	Rio Itapemirim, Alegre, ES	27	15,2	23/03/2001	17/02/2009	16/12/2042

(*) Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182 consolidando o direito a extensão do prazo das autorizações àqueles agentes que repactuaram o risco hidrológico, nos termos da Resolução Normativa 684/2015, de modo que os prazos das outorgas das usinas do Grupo foram ampliados por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL n 14.896, de 10 de outubro de 2023, e nº 16.467/2025, de 16 de setembro de 2025.

(**) Cumpre destacar que os dados de capacidade instalada e garantia física das PCHs não foram revisados pelos auditores independentes.

As SPEs estão inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA"), tendo firmado Contratos de Compra e Venda da totalidade da Energia ("CCVEs") por elas gerada, pelo prazo de 20 anos, contados do início de sua operação comercial.

Ressalta-se que, em 07 de junho de 2023, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras") cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. ("ENBPar"), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Eletrobras, originalmente signatária dos CCVEs.

Em 7 de julho de 2025, foi publicada no Diário Oficial da União a promulgação da Lei nº 15.097/2025, alterando a Lei nº 14.182/2021, no que tange à prorrogação dos contratos vinculados ao PROINFA, que poderão ser prorrogados por 20 (vinte) anos, contados a partir da data de vencimento dos contratos atuais.

A Administração manifestou o interesse na prorrogação dos CCVEs PROINFA. A assinatura dos aditivos contratuais, deverá ocorrer até o dia 31 de março de 2026, conforme Decreto nº 12.834, de 26 de janeiro de 2026.

1.1. Ajustes Financeiros – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Consolidado

As SPEs controladas indiretamente pela Brasil PCH participam do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2024 foram descontados e/ou adicionados no *faturamento* das SPEs em 12 parcelas ao longo do exercício de 2025. Para o período findo em 31 de dezembro de 2025, o efeito líquido dos ajustes financeiros no faturamento foi no valor total de R$4.374 (R$4.466 em 31 de dezembro de 2024).

As rubricas impactadas para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram “outros ativos circulantes”, no montante de R$193 (R$ 237 em 31 de dezembro de 2024) e “receita diferida” no montante de R$4.567 (R$ 4.703 em 31 de dezembro de 2024).

1.2. Repactuação do risco hidrológico (“RRH”) (Consolidado)

As SPEs, integrantes do MRE, aderiram à repactuação do risco hidrológico (“RRH”), nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R$9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Eletrobras informou que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pelas SPEs, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros, procedimento este sob o qual as controladas da Companhia insurgiram-se acionando o mecanismo de controvérsia previsto nos respectivos CCVE-PROINFA-PCH-MRE.

Ocorre que, até o presente momento, a controvérsia não foi dirimida, e, portanto, a Administração do Grupo havia concluído anteriormente pelo reconhecimento dos montantes descontados nas rubricas de “contas a receber” e “outros passivos” (R$105.917 reconhecido até 31 de dezembro de 2024). Entretanto, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração reavaliou o entendimento em função de mudança do procedimento, resultando na reversão da provisão constituída, no valor de R$133.768, de forma que os registros contábeis apresentados refletem a atual posição da ENBPar sobre o assunto.

Em 31 de dezembro de 2025, o custo total do prêmio de repactuação do risco hidrológico apurado no exercício em curso é de R$27.808 (R$26.592 em 31 de dezembro de 2024), o qual está registrado no resultado do período do Grupo, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico).

2. PARTICIPAÇÃO NAS COMPANHIAS DO GRUPO

No quadro abaixo segue apresentada a participação detida pela Companhia em suas controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Participação direta		Participação indireta (*)	
Investida	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos mantidos diretamente pela Eletroriver				
BSB Energética S.A.	91,00%	91,00%	0,00%	0,00%
Brasil PCH S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Investimentos mantidos através da participação na Brasil PCH				
PCHPAR PCH Participações S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Bonfante Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Carangola Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Calheiros Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Caparaó Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Funil Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Irara Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Jataí Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Monte Serrat Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Retiro Velho Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Santa Fé Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
São Joaquim Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
São Pedro Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
São Simão Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%

(*) A participação indireta refere-se ao percentual que a BSB possui nas datas-bases sobre os referidos investimentos, multiplicado pelo percentual que a Eletroriver possui sobre a BSB.

3. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025

As normas brasileiras de relatório financeiro novas ou revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
IAS 21/ CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis. A entidade avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a entidade conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.

	A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da entidade de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.
OCPC 10: Créditos de Carbono (TCO2E), Permissões de emissão (Allawances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Esta orientação técnica, visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro, assim como reconhecimento dos efeitos de compromissos assumidos de descarbonização.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas ou revisões relacionadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao IRFS 9 e ao IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS - 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais.
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.
Alterações à IFRS 18	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras
Alterações à IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Exceto pelo CPC 51 / IFRS 18, o qual a Diretoria da Companhia está avaliando e mensurando os impactos nas demonstrações financeiras, não são esperados impactos relevantes com a adoção destes pronunciamentos.

4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

4.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais (“IFRS Accounting Standards”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), aplicáveis a empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da CVM e ANEEL.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

4.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade, estando classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

5.1. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que o Grupo possua recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

5.2. Segmentos operacionais

O Grupo atua em um único segmento operacional, considerando tratar-se de empresa holding detentora do controle indireto sobre 13 SPEs titulares de Autorização para exploração, respectivamente, de 13 PCHs, e que, portanto, sua receita operacional provém exclusivamente da comercialização da energia elétrica produzida pelas PCHs. Nesse contexto, as demonstrações financeiras não trazem nota explicativa de informação por segmento.

5.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

5.3.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retém o controle sobre o ativo financeiro.

5.3.2. Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável, utilizando o método de juros efetivos. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

5.3.3. Debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

5.3.4. Contabilização de “hedge” (“hedge accounting”)

A controlada Brasil PCH designa determinados derivativos como instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa.

No início da relação de “hedge”, a controlada documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge”, juntamente com seus objetivos de gestão de riscos e sua estratégia. Além disso, no início do “hedge” e em base contínua, o Grupo avalia se o instrumento de “hedge” é efetivo na compensação de variações nos fluxos de caixa do item objeto de “hedge”, que é quando as relações de “hedge” atendem todas as exigências de efetividade.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos e outros instrumentos de “hedge” qualificáveis, que são designados e qualificados como “hedges” de fluxos de caixa, é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. O ganho ou a perda relacionada à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente no resultado do exercício.

A controlada descontinua a contabilização de “hedge” apenas quando a relação de “hedge” (ou parte dela) deixa de atender os critérios de qualificação. Isso inclui circunstâncias nas quais o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou exercido. A descontinuação é contabilizada prospectivamente.

5.3.5. Empréstimo – Cédula de Crédito Bancário (“CCB”)

Está demonstrado pelo valor de contratação, acrescido dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

5.3.6. Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando o Grupo possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

5.3.7. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas do Grupo é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados, o qual permanece segregado em reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua efetiva aprovação.

5.3.8. Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se detém ou não o controle de uma investida se os fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações enquadradas em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados acima.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a investida e termina quando a Companhia perde o controle sobre a investida. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a investida.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Brasil PCH são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

5.4. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação/construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos) ou ao valor justo (mais valia), quando da aquisição de ativo por combinação de negócios, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

5.5. Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios, computadores e periféricos e terrenos, é calculada a partir do início da operação de cada uma das 13 PCHs controladas indiretas da Companhia pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 731, de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios, computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

Para os terrenos, a taxa de depreciação linear é definida a partir do início da operação de cada uma das 13 PCHs controladas indiretas da Companhia, de acordo com o período de autorização, considerando a renovação por mais 30 anos.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico no regime de produção independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (vide nota explicativa nº 1) contados do início da operação comercial da primeira unidade geradora nos termos da Lei 14.120/2021, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 9.158/2017.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da edição da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 ("Resolução Autorizativa"), estando incluídas nesse rol as 13 PCHs outorgadas às SPEs, indiretamente controladas pela Brasil PCH, que tiveram seu prazo de outorga estendido, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182, consolidando o direito a extensão do prazo das autorizações àqueles agentes que repactuaram o risco hidrológico, nos termos da Resolução Normativa nº 684/2015, de modo que os prazos das outorgas das usinas do Grupo foram ampliados por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A data de término das autorizações das SPEs divulgadas na nota explicativa nº 1 já contemplam a extensão dos prazos de suas autorizações em função dessas Resoluções Normativas e Resoluções Autorizativas.

A Companhia, mediante seus órgãos técnicos, avaliou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas pelas controladas indiretas da Companhia, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, e concluiu que a vida útil dos ativos das SPEs está em linha com as taxas de depreciação previstas no MCPSE e, por isso, é razoável utilizá-las.

O entendimento da Administração do Grupo é que com respaldo nas autorizações concedidas pela ANEEL, bem como no previsto na Lei nº 13.360/2016, no Decreto nº 9158/2017, Nota Técnica 062/2018- SRG-SCG/ANEEL e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultada às empresas, a prorrogação do prazo de suas autorizações por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez.

Em contraponto, ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo a prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica de cada empreendimento passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Portanto, no caso dos empreendimentos das controladas indiretas da Companhia, não há, até o momento, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizadas para depreciação dos ativos.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Item	Vida útil
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

5.6. Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 14, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados a valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

5.7. Ágio

O ágio é mensurado como o valor em que (a) exceder (b), onde (a) é a soma: (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, (ii) do valor das participações de não controladores na entidade adquirida e (iii) no caso de combinação de negócios realizada em estágios, do valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; ; e (b) o valor líquido, na data de aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável, no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado à unidade geradora de caixa do Grupo, sendo submetida anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio são reconhecidas no período subsequente.

5.8. Valor recuperável de ativos

Anualmente, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas, calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo subtraído dos custos na venda ou do valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

5.9. Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

5.10. Provisões para riscos

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.11. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.12. Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para o Grupo.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

5.13. Receita diferida e outros ativos circulantes

Os contratos de compra e venda de energia, celebrados entre as SPEs e a ENBPar, estabelecem que seja consolidado em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro, conforme previsão contratual, resultante dessa apuração será considerada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 parcelas. Os valores envolvidos são reconhecidos como receita diferida e apropriados ao resultado com base no regime de competência.

5.14. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

5.15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia, da Brasil PCH, da BSB Energética S.A., da PCHPAR e da Santa Fé Energética S.A. (a partir de 01 de janeiro de 2022), são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real.

Para todas as demais empresas do Grupo o regime fiscal adotado pelas controladas indiretas foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

5.16. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração dos impostos.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em joint ventures, exceto quando o Grupo for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível.

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haja lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível, sendo mensurados utilizando a alíquota de tributo e a base fiscal que são consistentes com a maneira esperada de recuperação ou liquidação desses ativos.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual se espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

5.17. Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

5.18. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

5.19. Arrendamentos

O Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento no início de sua vigência. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais as controladas sejam a arrendatária, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, o Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o Grupo usa sua taxa incremental de captação.

5.20. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

O Grupo avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é remensurado na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

A administração contratou especialistas externos para mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para determinação do *Purchase Pricing Alocation* (PPA). As premissas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição.

6. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não sejam facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e sobre o ágio decorrente de combinação de negócios. Anualmente são realizados testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderá haver redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia efetuou a avaliação da recuperabilidade do ágio, sem que nenhuma provisão adicional fosse reconhecida nas demonstrações financeiras.

(ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, ou para o caso de terrenos, considera o período de autorização, com a renovação por mais 30 anos, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, conforme divulgado na nota explicativa nº 5.5 .

(iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação, reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica e programas ambientais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.

(iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos dos ajustes financeiros dos CCVEs, registrados nas controladas indiretas.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia, na Controladora e em suas controladas diretas – Brasil PCH e BSB, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias, visto que não possui diferenças temporárias tributáveis relacionadas com a mesma autoridade tributária e a mesma entidade tributável, não há histórico de lucro tributável, tampouco evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

(v) Ajustes Financeiros – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica: são reconhecidos em contrapartida aos ajustes de comercialização de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE e/ou pela ENBPar.

(vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 26 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(vii) Mensurações do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios: O Grupo mensurou os ativos adquiridos e passivos assumidos em função de combinação de negócios.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	2	11	20.550	19.200
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	4.671	4.060	32.144	94.029
	4.673	4.071	52.694	113.229

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco ("Itaú"), apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo remuneradas por taxas de mercado variando de 97,5% a 98,0% (98,0% a 101,5%, em 31 de dezembro 2024), do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Operações compromissadas	-	200	-	200
Fundos de investimento em renda fixa	2	5	48.045	13.600
	2	205	48.045	13.800

Referem-se às aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e operações compromissadas junto ao Banco Itaú Unibanco ("Itaú"). As aplicações financeiras possuem remuneração que varia de 80,0% a 99,0% (80,0% a 104,0%, em 31 de dezembro 2024) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, cumprindo destacar que referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pelas SPEs no âmbito do PROINFA, no montante de R$82.151 em 31 de dezembro de 2025 (R$182.650 em 31 de dezembro de 2024), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual que prevê o pagamento das faturas em 03 (três) parcelas iguais e consecutivas, nos dias 20 e 30 do mês subsequente à competência do faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica apresentava o valor de R$182.650, sendo R$105.917 referente ao Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico ("PRRH"), revertido pela Administração da Companhia no exercício de 2025 (vide nota explicativa nº 1.2).

Cumpre ressaltar que o Grupo não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)

	31/12/2025	31/12/2024
Tributários (a)	18.818	16.342
Desapropriações e servidões (b)	4.367	4.030
Trabalhistas (c)	13	221
Cíveis	32	33
	23.230	20.626

(a) Refere-se, principalmente, ao processo envolvendo PIS e COFINS sobre receitas financeiras, referente ao restabelecimento das alíquotas pelo Decreto nº 8.426/15 com efeitos na BSB e na Brasil PCH, e ao IR/CSLL sobre indenização de bens sinistrados das SPEs São Joaquim Energia S.A. e Santa Fé Energética S.A. (controladas indiretas), atualizados monetariamente.

(b) Algumas controladas indiretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão de interesse restrito.

(c) Algumas controladas indiretas da Companhia são responsáveis e corresponsáveis (solidária ou subsidiariamente) em processos judiciais, nos quais está em discussão o pagamento de verbas trabalhistas pela Brasil PCH e/ou pelas SPEs e por empresas terceiras, conforme o caso.

11. DIVIDENDOS A RECEBER

Refere-se à constituição de dividendos a receber pela Companhia, a serem distribuídos por suas controladas BSB e Brasil PCH, conforme movimentação abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	131.126
Constituição de dividendos (*)	201.449
Dividendos recebidos em 15/01/2024 - Controlada Brasil PCH S.A.	(63.000)
Dividendos recebidos em 16/01/2024 - Controlada BSB Energética S.A.	(21.840)
Dividendos recebidos em 25/03/2024 - Controlada Brasil PCH S.A.	(35.911)
Dividendos recebidos em 17/07/2024 - Controlada Brasil PCH S.A.	(28.000)
Constituição de dividendos (**)	187.527
Dividendos recebidos em 25/09/2024 - Controlada Brasil PCH S.A.	(58.100)
Dividendos recebidos em 10/10/2024 – Controlada BSB Energética S.A.	(5.293)
Dividendos recebidos em 24/10/2024 - Controlada Brasil PCH S.A.	(40.600)
Dividendos recebidos em 24/10/2024 – Controlada BSB Energética S.A.	(13.817)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	253.541

Saldo em 31 de dezembro de 2024	253.541
Constituição de dividendos (***)	188.083
Dividendos recebidos em 28/02/2025 - Controlada Brasil PCH S.A.	(22.400)
Dividendos recebidos em 24/03/2025 - Controlada Brasil PCH S.A.	(38.500)
Dividendos recebidos em 15/04/2025 - Controlada Brasil PCH S.A.	(16.100)
Dividendos recebidos em 16/06/2025 - Controlada Brasil PCH S.A.	(21.000)
Constituição de dividendos (****)	212.512
Dividendos recebidos em 14/10/2025 - Controlada Brasil PCH S.A.	(84.000)
Dividendos recebidos em 25/11/2025 - Controlada Brasil PCH S.A.	(35.000)
Dividendos recebidos em 25/11/2025 - Controlada BSB Energética S.A.	(25.480)
Dividendos recebidos em 11/12/2025 - Controlada Brasil PCH S.A.	(7.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	404.656

(*) Nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias (“AGOE”) realizadas em 26 de fevereiro e 29 de março de 2024, a Brasil PCH e a BSB aprovaram, respectivamente, a distribuição à Eletroriver dos dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(**) Nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 12 de agosto de 2024, a Brasil PCH e a BSB aprovaram, respectivamente, a distribuição à Eletroriver dos dividendos propostos referentes ao resultado apurado no primeiro semestre de 2024.

(***) Nas AGOE realizadas em 21 de fevereiro e 18 de março de 2025, a Brasil PCH e a BSB aprovaram, respectivamente, a distribuição à Eletroriver dos dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(****) Nas RCA realizadas em 12 de agosto de 2025, a Brasil PCH e a BSB aprovaram, respectivamente, a distribuição à Eletroriver dos dividendos propostos referentes ao resultado apurado no primeiro semestre de 2025.

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informação sobre as controladas diretas

Descrição	Ações ordinárias Detidas	Participação %	Controladora	
			31/12/2025	31/12/2024
BSB Energética S.A.	2.755.936	91,0%	79.231	63.474
Brasil PCH S.A.	65.931.482	70,0%	1.654.826	1.642.761
Investimento a PL contábil			271.888	241.011
Mais valia de ativos e passivos				909.165
(*)			890.353	
Ágio			492.585	492.585
			1.734.057	1.706.235

(*) A mais valia está sendo amortizada com base na vida útil ou prazo de amortização remanescente, contados a partir da data da aquisição, 1º de dezembro de 2021, dos ativos e passivos.

b) Informações das controladas

Os principais saldos patrimoniais das controladas diretas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, são apresentados como segue:

	31/12/2025				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
BSB Energética S.A.	119.549	370.366	218.190	184.659	87.066
Brasil PCH S.A.	188.184	941.145	697.088	43.829	388.412
Total	307.733	1.311.511	915.278	228.488	475.478

	31/12/2024				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
BSB Energética S.A.	80.261	360.584	133.408	237.685	69.752
Brasil PCH S.A.	313.687	971.109	636.971	303.523	344.302
Total	393.948	1.331.693	770.379	541.208	414.054

Os principais saldos de resultado das controladas diretas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são apresentados como segue:

	31/12/2025				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
BSB Energética S.A.	-	-	144.325	112.962	112.962
Brasil PCH S.A.	728.479	595.040	576.352	542.823	494.108
Total	728.479	595.040	720.677	655.785	607.070

	31/12/2024				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
BSB Energética S.A.	-	-	123.227	86.862	86.862
Brasil PCH S.A.	697.658	568.320	547.543	483.048	423.665
Total	697.658	568.320	670.771	569.911	510.528

c) Movimentação do investimento

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.730.898
Equivalência patrimonial	356.798
Dividendos propostos	(388.976)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	7.515
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.706.235
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.706.235
Equivalência patrimonial	429.859
Dividendos propostos	(400.595)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	(1.442)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.734.057

13. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

a) Composição do imobilizado

		31/12/2025			31/12/2024		
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido
Mais valia – ativo fixo	4,00%	369.025	(59.307)	309.718	369.025	(44.782)	324.243
Terrenos	1,90%	38.973	(3.897)	35.076	40.175	(2.418)	37.757
Direitos sobre arrendamento	37,80%	2.690	(2.438)	252	2.337	(1.815)	522
Turbina hidráulica	2,50%	182.764	(71.304)	111.460	180.497	(66.780)	113.717
Conduto forçado	3,13%	50.011	(25.632)	24.379	49.931	(24.068)	25.863
Gerador	3,33%	117.759	(63.424)	54.335	117.060	(59.519)	57.541
Comporta	3,33%	37.507	(19.928)	17.579	37.467	(18.685)	18.782
Subestação unitária	3,57%	75.099	(46.174)	28.925	75.053	(43.493)	31.560
Estrutura de tensão	3,57%	30.901	(16.375)	14.526	30.851	(15.276)	15.575
Casa de forca produção hidráulica	2,00%	451.687	(150.868)	300.819	450.568	(141.841)	308.727
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	358.275	(107.524)	250.751	354.230	(100.605)	253.625
Sistema de monitoramento usina	3,33%	9.625	(265)	9.360	-	-	-
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	103.179	(52.602)	50.577	101.214	(48.818)	52.396
Imobilizado em Curso		3.608	-	3.608	12.667	-	12.667
		1.831.103	(619.738)	1.211.365	1.821.075	(568.100)	1.252.975

b) Movimentação do imobilizado - consolidado

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Custo:					
Mais valia – ativo fixo	369.025	-	-	-	369.025
Terrenos	40.175	25	(1.335)	108	38.973
Direitos sobre arrendamento	2.337	415	(62)	-	2.690
Turbina hidráulica	180.497	-	-	2.267	182.764
Conduto forçado	49.931	-	-	80	50.011
Gerador	117.060	-	-	699	117.759
Comporta	37.467	-	-	40	37.507
Subestação unitária	75.053	-	-	46	75.099
Estrutura de tensão	30.851	-	-	50	30.901
Casa de forca produção hidráulica	450.568	-	-	1.119	451.687
Reservatório, barragem, adutora	354.230	-	(275)	4.320	358.275
Sistema de monitoramento usina	-			9.625	9.625
Outras máquinas e equipamentos	101.214	-	(84)	2.049	103.179
Imobilizado em curso (*)	12.667	13.247	(31)	(22.275)	3.608
	1.821.075	13.687	(1.787)	(1.872)	1.831.103
(-) Depreciação:					
Mais valia – ativo fixo	(44.782)	(14.525)	-	-	(59.307)
Terrenos	(2.418)	(1.477)	-	-	(3.895)
Terrenos arrendados	-	(2)	-	-	(2)
Direitos sobre arrendamento	(1.815)	(623)	-	-	(2.438)
Turbina hidráulica	(66.780)	(4.524)	-	-	(71.304)
Conduto forçado	(24.068)	(1.564)	-	-	(25.632)
Gerador	(59.519)	(3.905)	-	-	(63.424)
Comporta	(18.685)	(1.243)	-	-	(19.928)
Subestação unitária	(43.493)	(2.681)	-	-	(46.174)
Estrutura de tensão	(15.276)	(1.099)	-	-	(16.375)
Casa de forca produção hidráulica	(141.841)	(9.027)	-	-	(150.868)
Reservatório, barragem, adutora	(100.605)	(6.919)	-	-	(107.524)
Sistema de monitoramento usina	-	(265)	-	-	(265)
Outras máquinas e equipamentos	(48.818)	(3.868)	84	-	(52.602)
	(568.100)	(51.722)	84	-	(619.738)
Imobilizado Líquido	1.252.975	(38.035)	(1.703)	(1.872)	1.211.365

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Custo:					
Mais valia – ativo fixo	369.025	-	-	-	369.025
Terrenos	45.869	362	(10.435)	4.379	40.175
Direitos sobre arrendamento	2.777	-	(440)	-	2.337
Turbina hidráulica	175.671	-	(12)	4.838	180.497
Conduto forçado	49.897	-	-	34	49.931
Gerador	117.051	-	(6)	15	117.060
Comporta	37.455	-	-	12	37.467
Subestação unitária	75.061	-	(8)	-	75.053
Estrutura de tensão	28.897	-	(171)	2.125	30.851
Casa de forca produção hidráulica	449.491	-	-	1.077	450.568
Reservatório, barragem, adutora	350.437	1.929	-	1.864	354.230
Outras máquinas e equipamentos	100.434	-	(205)	985	101.214
Imobilizado em curso (*)	2.111	26.574	(689)	(15.329)	12.667
	1.804.176	28.865	(11.966)	-	1.821.075
(-) Depreciação:					
Mais valia – ativo fixo	(30.258)	(14.524)	-	-	(44.782)
Terrenos	-	(2.418)	-	-	(2.418)
Direitos sobre arrendamento	(1.192)	(623)	-	-	(1.815)
Turbina hidráulica	(62.377)	(4.404)	1	-	(66.780)
Conduto forçado	(22.506)	(1.562)	-	-	(24.068)
Gerador	(55.621)	(3.898)	-	-	(59.519)
Comporta	(17.444)	(1.241)	-	-	(18.685)
Subestação unitária	(40.815)	(2.682)	4	-	(43.493)
Estrutura de tensão	(14.331)	(1.036)	91	-	(15.276)
Casa de forca produção hidráulica	(132.841)	(9.000)	-	-	(141.841)
Reservatório, barragem, adutora	(93.767)	(6.838)	-	-	(100.605)
Outras máquinas e equipamentos	(45.093)	(3.910)	185	-	(48.818)
	(516.245)	(52.136)	281	-	(568.100)
Imobilizado Líquido	1.287.931	(23.271)	(11.685)	-	1.252.975

14. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

a) Composição do intangível

	Taxa de Amortização	Custo	Amortização acumulada	31/12/2025	Custo	Amortização acumulada	31/12/2024
Mais valia – ativo intangível	2,13%	1.444.281	(124.116)	1.320.165	1.444.281	(93.721)	1.350.560
Ágio	-	590.882	-	590.882	590.882	-	590.882
Servidões	-	2.948	(468)	2.480	2.919	(281)	2.638
Software	20%	4.876	(3.936)	940	4.717	(3.453)	1.264
Medidas compensatórias	10 a 25%	39.353	(30.434)	8.919	41.743	(26.785)	14.958
Indenização de terras	-	877	-	877	895	-	895
Registro de terras	-	785	-	785	1.126	-	1.126
		2.084.002	(158.954)	1.925.048	2.086.563	(124.240)	1.962.323

b) Movimentação do intangível

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Custo:					
Mais valia – ativo intangível	1.444.281	-	-	-	1.444.281
Ágio (**)	590.882	-	-	-	590.882
Servidões	2.919	-	-	29	2.948
Software	4.717	-	-	159	4.876
Medidas compensatórias	41.743	-	(4.074)	1.684	39.353
Indenização de terras	895	-	(18)	-	877
Registro de terras	1.126	-	(341)	-	785
	2.086.563	-	(4.433)	1.872	2.084.002
(-) Amortização:					
Mais valia – ativo intangível	(93.721)	(30.395)	-	-	(124.116)
Servidões	(281)	(187)	-	-	(468)
Software	(3.453)	(483)	-	-	(3.936)
Medidas compensatórias	(26.785)	(3.649)	-	-	(30.434)
	(124.240)	(34.714)	-	-	(158.954)
Intangível líquido	1.962.323	(34.714)	(4.433)	1.872	1.925.048

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Custo:				
Mais valia – ativo intangível	1.444.281	-	-	1.444.281
Ágio	590.882	-	-	590.882
Servidões	2.911	38	(30)	2.919
Software	4.343	374	-	4.717
Medidas compensatórias	37.576	4.167	-	41.743
Indenização de terras	1.826	-	(931)	895
Registro de terras	1.809	-	(683)	1.126
	2.083.628	4.579	(1.644)	2.086.563
(-) Amortização:				
Mais valia – ativo intangível	(63.325)	(30.396)	-	(93.721)
Servidões	-	(281)	-	(281)
Software	(2.862)	(591)	-	(3.453)
Medidas compensatórias	(23.944)	(2.841)	-	(26.785)
	(90.131)	(34.109)		(124.240)
Intangível líquido	1.993.497	(29.530)	(1.644)	1.962.323

(**) Valor recuperável dos ativos

O ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao valor recuperável.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia determinou o valor recuperável dos saldos de investimentos em coligadas sujeitas a análise de recuperabilidade com base no valor justo. O valor recuperável de cada coligada indireta - considerada separadamente como uma Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) - foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros, em Reais, pós-impostos e descontados à taxa pós-impostos (10,21% a.a. para UGCs enquadradas no regime tributário de Lucro Real e 11,86% a.a. para empresas enquadradas no Lucro Presumido), que reflete as avaliações atuais de mercado acerca do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos dos ativos para os quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso ou valor justo. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamento aprovado pela administração das coligadas. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas em todos os anos até o período final de autorização. Para fins de cálculo do valor recuperável, foi utilizada a premissa de renovação das autorizações das PCHs e, portanto, foram considerados os anos de 2071, 2072 e 2073, conforme o caso, como período final das autorizações. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de um ano, foram extrapolados considerando como premissas:

- Geração de resultados no ambiente do PROINFA. Todas as UGCs estão integralmente contratadas no âmbito do PROINFA até os anos de 2028/2029, data de encerramento dos contratos. Uma vez encerrados os contratos PROINFA e até o final das Autorizações entre os anos de 2071 e 2073, conforme o caso, a energia produzida, pelas PCHs, será comercializada no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") por meio de contratos bilaterais. Para a projeção de resultados no ACL a Companhia usou como principal referência de preços futuros a Curva Foward divulgada pela DCIDE.

- Para custos e despesas regulatórias, a Companhia aplica a metodologia de cálculo prevista na Legislação vigente, enquanto para os demais custos e despesas operacionais, a Companhia mantém as premissas aplicadas ao seu modelo financeiro, devidamente atualizadas com base em projeções macroeconômicas divulgadas pelo Sistema de Expectativas do Banco Central do Brasil (FOCUS).

Comparando o valor recuperável das 13 UGCs com o seu valor contábil não foram identificadas perdas por desvalorização adicional a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

15.1. Debêntures

Em 10 de setembro de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que aprovou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, por meio da qual foram emitidas 805.000 (oitocentas e cinco mil) debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1 na data de emissão, perfazendo o montante total de R$ 805.000. Os juros e principal serão pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento (principal e juros) ocorreu em 15 de abril de 2022, e o último pagamento ocorrerá em 15 de abril de 2030. Além disso, cumpre destacar que as controladas da Companhia também possuem debêntures emitidas e em circulação.

A BSB realizou sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, por meio da qual foram emitidas 345.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1 na data de emissão, perfazendo o montante total de R$ 345.000 (trezentas e quarenta e cinco mil), conforme aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 10 de setembro de 2021. Os juros e o principal serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento (principal e juros) ocorreu em 15 de abril de 2022 e o último pagamento ocorrerá em 15 de abril de 2030.

A Brasil PCH, por sua vez, teve sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos, no valor total de R$ 900.000, distribuídas em 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) debêntures da primeira série e 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) debêntures da segunda série, com valor unitário de R$ 1, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018. Essas debêntures serão pagas trimestralmente, juros e principal, sempre nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Os primeiros pagamentos ocorreram em 15 de fevereiro de 2019 e os últimos se darão em 15 de novembro de 2026.

a) Composição das debêntures

	Quantidade	Valor Unitário	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures - Série Única - Eletroriver S.A. (IPCA + 7,04%)	805.000	0,7439	598.846	684.411	598.846	684.411
Debêntures - Série Única - BSB Energética S.A. (IPCA + 7,04%)	345.000	0,7439	-	-	256.650	293.320
Debêntures - 1º Série - Brasil PCH S.A. (CDI+2,39%)	450.000	0,2039	-	-	91.761	169.068
Debêntures - 2º Série - Brasil PCH S.A. (IPCA+8,2647%)	450.000	0,2935	-	-	132.074	234.061
(-) Custo com transação com debêntures			(10.669)	(13.392)	(16.564)	(21.844)
Ajuste a valor justo – debêntures (*)			-	-	10.060	21.247
			588.177	671.019	1.072.827	1.380.263
Instrumento financeiro derivativo - "SWAP" - Brasil PCH					38.842	62.037
			588.177	671.019	1.111.669	1.442.300

	Controladora		Consolidado	
Swap	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante	-	-	38.842	25.417
Passivo não circulante	-	-	-	36.620
Debêntures				
Passivo circulante	157.008	115.996	446.964	352.081
Passivo não circulante	431.169	555.023	625.863	1.028.182

(*) Valor justo de debêntures apurado na aquisição por combinação de negócios das participações societárias da Brasil PCH.

b) Movimentação das debêntures e instrumento financeiro derivativo – SWAP

			Brasil PCH		
	Eletroriver	BSB	Debêntures	SWAP	Consolidado
Saldo em 31/12/2024	671.019	287.323	421.921	62.037	1.442.300
Custos de transação	2.723	1.219	1.338	-	5.280
Amortização do ajuste a valor justo das debêntures	-	-	(11.186)	-	(11.186)
Encargos provisionados	73.151	31.351	44.125	-	148.626
Instrumento financeiro derivativo – curva CDI x IPCA	-	-	-	2.728	2.728
Pagamento principal	(112.662)	(48.284)	(186.067)	-	(347.013)
Pagamento de encargos financeiros	(46.054)	(19.737)	(37.353)	-	(103.144)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo	-	-	-	(33.067)	(33.067)
Recebimento de juros sobre instrumento financeiro derivativo	-	-	-	5.662	5.662
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	1.482	1.482
Saldo em 31/12/2025	588.177	251.872	232.778	38.842	1.111.669

	Eletroriver	BSB	Brasil PCH Debêntures	Brasil PCH SWAP	Consolidado
Saldo em 31/12/2023	736.660	315.400	580.051	80.495	1.712.606
Custos de transação	2.724	1.219	1.338	-	5.281
Amortização do ajuste a valor justo das debêntures	-	-	(11.186)	-	(11.186)
Encargos provisionados	84.864	36.372	61.769	-	183.005
Instrumento financeiro derivativo – curva CDI x IPCA	-	-	-	9.639	9.639
Pagamento principal	(102.175)	(43.788)	(159.613)	-	(305.576)
Pagamento de encargos financeiros	(51.054)	(21.880)	(50.438)	-	(123.372)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo	-	-	-	(24.613)	(24.613)
Recebimento de juros sobre instrumento financeiro derivativo	-	-	-	4.238	4.238
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(7.722)	(7.722)
Saldo em 31/12/2024	671.019	287.323	421.921	62.037	1.442.300

Debêntures de emissão da Eletroriver

Restrições: A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (“Covenants”), incluindo, dentre outras, restrições quanto à transferência de tipo societário, mudança de controle acionário, concessão de preferência a outros créditos, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de capital e/ou de mútuo, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão, em todos os casos sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20x ou superior, a ser apurado semestralmente ou, de forma eventual, trimestralmente, em caso de distribuição de dividendos intercalares.. O não cumprimento dos Covenants e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou ICSD de 1,41x (1,47x em 31 de dezembro de 2024), superior, portanto, ao índice determinado na escritura de emissão (1,20x). Sendo assim, o ICSD está em conformidade com as determinações previstas na escritura de emissão de debêntures.

Garantias: Os debenturistas da Eletroriver estão garantidos pela alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Brasil PCH de sua titularidade, representativas de 70% do Capital Social da investida, bem como quaisquer novas ações de emissão da Brasil PCH que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas, incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes.

Debêntures de emissão da BSB

Restrições: A controlada BSB, está sujeita a cláusulas restritivas (“Covenants”), incluindo, dentre outras, restrições quanto à transferência de tipo societário, mudança de controle acionário, concessão de preferência a outros créditos, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de Capital e/ou de mútuo, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão, em todos os casos sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20x ou superior a ser apurado semestralmente ou, de forma eventual, trimestralmente, em caso de distribuição de dividendos intercalares.. O não cumprimento dos Covenants e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a BSB apresentou ICSD de 1,41x (1,47x em 31 de dezembro de 2024), superior, portanto, ao índice determinado na escritura de emissão (1,20x). Sendo assim, o ICSD está em conformidade com as determinações previstas na escritura de emissão de debêntures.

Garantias: Os debenturistas da BSB estão garantidos pela alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Brasil PCH de sua titularidade, representativas de 30% do Capital Social da investida, bem como quaisquer novas ações de emissão da Brasil PCH que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas, incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes.

Debêntures de emissão da Brasil PCH

Restrições: A controlada Brasil PCH está sujeita a Covenants que incluem, dentre outros, restrições quanto à transformação do tipo societário, mudança do controle acionário, contratação de novos empréstimos ou financiamentos a partir de determinados valores, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção de ICSD de 1,20x ou superior, a ser apurado anualmente ou, eventualmente, em caso de distribuição de dividendos intercalares, (trimestral ou semestral), em ambos os casos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Brasil PCH.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Brasil PCH apresentou índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de 2,49x (2,42x em 31 de dezembro de 2024), superior ao índice determinado na escritura de 1,20x, estando em conformidade com as determinações da sua escritura de debêntures.

Garantias: Os debenturistas da Brasil PCH estão garantidos pela (i) alienação fiduciária da totalidade das ações (i.a) de emissão das SPEs detidas pela PCHPAR, e (i.b) de emissão da PCHPAR detidas pela Companhia, existentes e que venham a ser emitidas ("Ações Alienadas"); bem como (ii) cessão fiduciária (ii.a) dos direitos emergentes das autorizações concedidas às SPEs pela ANEEL ("Autorizações"), (ii.b) de todos os direitos creditórios que venham a ser devidos às SPEs no âmbito de Contratos de Compra e Venda de Energia celebrados com a ENBPar no âmbito do PROINFA ("CCVEs"), (ii.c) dos direitos creditórios oriundos de determinados seguros contratados pela Companhia, em nome das SPEs, ou pelas SPEs em nome próprio ("Seguros"), (ii.d) de todos os frutos, lucros, rendimentos, remuneração, reembolso de capital, bonificações, vantagens, juros, distribuições e demais direitos expressamente atribuídos às Ações Alienadas ("Direitos Relacionados às Ações Alienadas"), (ii.e) todos e quaisquer direitos, inclusive recursos financeiros, provenientes das Autorizações, CCVEs, Seguros e dos Direitos Relacionados às Ações Alienadas, e (ii.f) de todos os rendimentos decorrentes dos investimentos realizados com os recursos depositados nas contas vinculadas, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições, e demais valores a serem recebidos ou depositados nas contas vinculadas, e (iii) fiança da PCHPAR e das SPEs; nos termos previstos na escritura de emissão, conforme aditada de tempos em tempos.

(a) Instrumento financeiro derivativo - SWAP designado como "*hedge*" de fluxo de caixa

Para a 1ª Série da primeira emissão de debêntures realizada pela controlada Brasil PCH, contratou-se, junto ao Banco Itaú, operação de SWAP, trocando a remuneração da - 1ª Série (CDI+2,39%), de modo a torná-la igual à remuneração da 2ª série (IPCA + 8,2647%). Essa transação foi qualificada como *hedge* de fluxo de caixa, sendo os efeitos decorrentes da variação do valor justo do instrumento financeiro derivativo de proteção reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as informações sobre a marcação a mercado do SWAP são as abaixo demonstradas:

Data de vencimento da operação	Valor inicial	Exercício	Saldo banco (passivo - curva IPCA)	Saldo cliente (Ativo - curva CDI)	Ganho (perda) – valor da curva	Ganho (perda) na marcação a mercado "Swap" - MTM
16/11/2026	450.000	31/12/2024	234.061	169.068	(64.993)	2.956
16/11/2026	450.000	31/12/2025	132.074	91.758	(40.316)	1.474

15.2. Empréstimo – Cédula de Crédito Bancário

Em 16 de dezembro de 2024, a Companhia emitiu Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), em favor do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), no valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), com juros remuneratórios equivalentes à Taxa CDI-DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 1,39% (um inteiro e trinta e nove centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial *pro rata temporis,* com prazo de vigência de 3 (três) anos e 6 (seis) meses, a contar da data de emissão e pagamento de principal e juros conforme cronograma definido no próprio instrumento – CDB, a seguir:

PARCELA	Data	VALOR (RS)
1	16/06/2025	100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
2	16/12/2025	100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
3	16/06/2026	100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
4	16/12/2026	100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
5	16/06/2027	66.666.666,67 + 100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
6	16/12/2027	66.666.666,67 + 100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
7	16/06/2028	66.666.666,66 + 100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.

A emissão da CCB foi previamente autorizada por 100% dos debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 16 de dezembro de 2024, renunciando ao exercício do direito de declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, única e exclusivamente em decorrência da emissão da CCB, de forma que, nesse caso, não será caracterizado qualquer descumprimento da Escritura de Emissão.

Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cédula de crédito bancário - CCB	201.220	201.028
(-)Custo de transação	(821)	(1.155)
	200.399	199.873
Passivo circulante	4.532	694
Passivo não circulante	195.867	199.179

Movimentação

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31/12/2024	199.873
Encargos provisionados	30.664
Custo de transação – amortização no período	334
Pagamento de encargos financeiros	(30.472)
Saldo em 31/12/2025	200.399
Saldo em 31/12/2023	-
Captação	200.000
(-) Custo de transação	(1.166)
Encargos provisionados	1.028
Custo de transação – amortização no período	11
Saldo em 31/12/2024	199.873

Restrições

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas ("covenants"), incluindo, dente entre outros, restrições quanto à alteração do objeto social, alteração da composição do capital social da Companhia ou redução do capital social, mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência expressa dos credores, bem como a obrigação de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") superior a 1,10x. O ICSD apurado pela primeira vez atingiu 1,32x em 31 de dezembro de 2025, superior, portanto, ao índice de 1,10x), tendo como base as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas da Companhia, relativas aos 4 (quatro) trimestres anteriores à respectiva apuração. O não cumprimento dos Covenants e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da CCB.

16. PROVISÃO PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

	31/12/2024	Reversão	Pagamentos	Transferência (*)	Atualização Financeira	31/12/2025
Compromissos socioambientais (a)	13.709	(275)	(450)	(10.195)	127	2.916
Provisão p/ programas socioambientais (b)	18.908	(4.074)	(5.395)	7.383	637	17.459
Provisão para registro de terras (c)	1.126	(341)	-	-	-	785
Provisão p/ indenizações de terras (d)	5.813	(1.379)	-	2.812	-	7.246
Total	39.556	(6.069)	(5.845)	-	764	28.406
Passivo circulante	8.261					7.484
Passivo não circulante	31.295					20.922

(*) Os montantes previstos para aquisições de terras previstos no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial – ("PACUERA"), anteriormente apresentados na rubrica Compromissos socioambientais estão sendo apresentados para o período findo em 31 de dezembro de 2025 na rubrica Provisão para indenizações de terras. Os montantes previstos para o plantio previstos no PACUERA, anteriormente apresentados na rubrica Compromissos socioambientais, estão sendo apresentados na rubrica Provisão para programas socioambientais.

	31/12/2023	Adição	Reversão	Pagamentos	Atualização Financeira	31/12/2024
Compromissos socioambientais (a)	19.259	1.929	(6.746)	(1.053)	320	13.709
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	18.334	4.167	-	(4.239)	646	18.908
Provisão p/ registro de terras (c)	1.809	-	(683)	-	-	1.126
Provisão p/ indenizações de terras (d)	13.933	-	(8.120)	-	-	5.813
Total	53.335	6.096	(15.549)	(5.292)	966	39.556
Passivo circulante	8.380					8.261
Passivo não circulante	44.955					31.295

(*) Os montantes previstos para aquisições de terras previstos no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial – ("PACUERA"), anteriormente apresentados na rubrica Compromissos socioambientais estão sendo apresentados para o período findo em 31 de dezembro de 2025 na rubrica Provisão para indenizações de terras. Os montantes previstos para o plantio previstos no PACUERA, anteriormente apresentados na rubrica Compromissos socioambientais, estão sendo apresentados na rubrica Provisão para programas socioambientais.

(a) Provisão para compromissos socioambientais: compreende gastos com atividades em cumprimento à legislação ambiental específica não vinculadas às licenças de operação das SPEs.

(b) Provisão para programas socioambientais: contempla os gastos afetos ao cumprimento dos programas ambientais previstos no processo de licenciamento ambiental.

(c) Provisão para registro de terras: o Grupo possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.

(d) Provisão para indenização de terras: para construção das PCHs, foi necessária a aquisição, desapropriação ou constituição de servidão pelas SPEs, sendo, para tanto, provisionados os recursos referentes a (i) desembolsos para suportar condenações judiciais em processos de expropriação; (ii) aquisições amigáveis (iii) indenizações e (iv) pagamentos de servidão administrativa; dentre outros gastos vinculados à aquisição e ao registro de terras.

17. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a recolher	71	71	24.144	37.495
Imposto de renda e contribuição social a recolher (depósitos judiciais) (a)	-	-	12.454	11.260
Encargo de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (EUSD)	-	-	1.016	879
PIS e COFINS não cumulativo	-	6	6.243	5.696
PIS e COFINS cumulativo	-	-	68	-
Outros tributos a recolher	15	80	2.598	2.290
Total	86	157	46.523	57.620
Passivo circulante	86	157	28.213	41.267
Passivo não circulante	-	-	18.310	16.353

(a) Refere-se ao IRPJ e CSLL provisionados sobre as indenizações de sinistro das controladas indiretas, Santa Fé e São Joaquim, recolhidos via depósito judicial.

18. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

a) Composição da receita diferida

	31/12/2025	31/12/2024
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	5.810	4.251
Total	5.810	4.251

b) Movimentação da receita diferida

	31/12/2024	Adição	Realização	31/12/2025
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	4.251	6.126	(4.567)	5.810
	4.251	6.126	(4.567)	5.810

	31/12/2023	Adição	Realização	31/12/2024
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	4.143	4.811	(4.703)	4.251
	4.143	4.811	(4.703)	4.251

Cumpre destacar que todas as SPEs do Grupo fizeram opção por participar do MRE, de modo que seu risco hidrológico é compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

19. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A BSB, a Brasil PCH e as SPEs, controladas da Companhia, são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e regulatórias.

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	143	137
Regulatório	3.020	3.045
Tributário	893	1.228
Ambiental	-	55
Civel	566	389
Total	4.622	4.854

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, regulatórios, ambientais e cíveis era de R$4.622 (R$4.854 em 31 de dezembro de 2024), conforme movimentação a seguir:

	31/12/2024	Constituição	Baixas	Transferência	Atualização	31/12/2025
Trabalhista	137	-	-	-	6	143
Regulatório (*)	3.045	-	(173)	-	148	3.020
Tributário (*)	1.228	-	(31)	(386)	82	893
Ambiental	55	-	-	(55)	-	-
Cível	389	111	-	26	40	566
Total	4.854	111	(204)	(415)	276	4.622

	31/12/2023	Constituição	Baixas	Realização	Atualização	31/12/2024
Trabalhista	167	12	(67)	(33)	58	137
Regulatório (*)	2.849	-	-	-	196	3.045
Tributário (*)	999	196	(13)	-	46	1.228
Ambiental	28	32	(28)	-	23	55
Cível	142	304	(47)	(39)	29	389
Total	4185	544	(155)	(72)	352	4.854

(*) Referem-se, em sua maior parte, a honorários de êxito registrados pela administração do Grupo relacionados com discussões judiciais regulatórias e tributárias.

A Brasil PCH e as SPEs possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais e regulatórias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda “possível”, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas (a)	937	937
Cíveis (b)	42.170	26.606
Ambientais (c)	152	441
Tributário (d)	809	175
Regulatório (e)	174.566	-
	218.634	28.159

(a) Ações trabalhistas se referem, principalmente, à discussão de potencial responsabilidade subsidiária de controladas das Companhias ao pagamento de verbas trabalhistas a empregados e indenização decorrente de acidente do trabalho, de terceiros.

(b) Cuidam-se de ações indenizatórias, no valor de R$42.149, objetivando, principalmente, a condenação da Companhia e outras 4 empresas não relacionadas à Companhia, em razão de potenciais danos morais e materiais decorrentes de cheias ocorridas no ano de 2020, em região à jusante da PCH São Simão. Há também ação judicial promovida em desfavor de três controladas das Companhias por produtor de areia que busca o ressarcimento dos supostos prejuízos materiais decorrentes do início da operação das PCHs para o seu negócio de extração de areia.

(c) Trata-se de ações em que se discutem autos de infração por condutas supostamente praticadas pelas controladas das Companhias em desacordo com o licenciamento ambiental e ou normas correlatas.

(d) Trata-se de ação de natureza tributária em que se discute a incidência de ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços na aquisição de bens – sobre a TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, com o objetivo de restituição dos valores recolhidos indevidamente por controlada das Companhias. Tem-se, ainda, no rol, ação em que se discute o diferimento do diferencial de alíquota de ICMS – Impostos sobre circulação de mercadoria e serviços na aquisição de bens – incidente sobre bens adquiridos por controlada das Companhias.

(e) Trata-se de ações judiciais que discutem a legalidade das Portarias MME 20/2013, 63/2013 e 31/2024 que reduziram a garantia física de determinadas Pequenas Centrais Hidrelétricas, controladas indiretas da Companhia, no âmbito da Portaria MME 463/2009. As garantias físicas das PCHs estão divulgadas na nota explicativa nº 1.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R$ 66.071, representado por 61.659.882 ações, das quais 30.829.941 ações ordinárias e 30.829.941 ações preferenciais, distribuídas conforme indicado abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas	Ações Preferenciais Subscritas	Total de Ações Subscritas	%
CS Energia S.A.	20.337.278	20.337.279	40.674.557	65,97%
Acionistas minoritários	10.492.663	10.492.662	20.985.325	34,03%
Total	30.829.941	30.829.941	61.659.882	100%

As ações ordinárias de emissão da Companhia conferem aos seus detentores o direito a voto nas assembleias gerais. Já as ações preferenciais não conferem direito a voto a seus titulares, mas, em contrapartida, atribuem: (i) prioridade no recebimento de dividendo mínimo cumulativo equivalente à R$ 0,01 (um centavo de real) para cada lote de 1.000 (um mil) ações; (ii) participação nos lucros distribuídos, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois destas receberem dividendo igual ao dividendo mínimo assegurado às ações preferenciais; (iii) direito de receber o dividendo mínimo cumulativo a que fazem jus, no exercício em que os lucros forem insuficientes, à conta de reservas de capital; (iv) reembolso sem prêmio no caso de liquidação da Companhia.

20.2. Reserva Legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social em 2021, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

20.3. Reserva de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

20.4. Reserva de lucros a realizar

Tendo em vista a deliberação havida no âmbito da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 13 de março de 2023, em linha com o disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações e com a orientação da Administração da Companhia, foi constituída reserva de lucros a realizar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O valor de R$ 719.539 contido nessa reserva corresponde ao saldo de lucro à disposição dos acionistas da Companhia, apurado após destinação dos dividendos mínimos obrigatórios. Esse montante é relativo à parcela do lucro líquido contabilizado em razão da remensuração realizada no momento da aquisição de participação acionária adicional pela Companhia na Brasil PCH, ocorrida em 1º de dezembro de 2021, correspondente a “lucro, rendimento ou ganho líquido em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte”, tendo como base o disposto no artigo 197, §1º, II, da Lei das Sociedades por Ações.

Em 18 de dezembro de 2025, conforme deliberado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a reversão e a distribuição do saldo da Reserva de Lucros a Realizar a seus acionistas. A liquidação dos valores objeto dessa deliberação ocorrerá até 31 de dezembro de 2028.

20.5. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia estabelece que após a constituição da reserva legal, do saldo ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório.

Destinação do resultado	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	323.570	266.902
Base de cálculo dos dividendos	323.570	266.902
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (25%)	80.893	66.726
Dividendos declarados adicionais	62.786	65.136
Dividendos propostos adicionais	179.891	135.040

Abaixo, apresentamos a movimentação dos dividendos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas, bem como do seu saldo registrado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	172.386	175.612
Dividendos adicionais aprovados (*)	157.732	162.303
Proposição de dividendos intermediários (**)	131.863	135.652
Dividendos pagos	(320.000)	(324.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	141.981	149.518
Saldo em 31 de dezembro de 2024	141.981	149.518
Dividendos adicionais aprovados (*)	135.040	139.068
Proposição de dividendos intermediários (**)	143.679	148.219
Reversão da reserva de lucros a realizar (***)	719.539	719.539
Dividendos pagos	(60.000)	(62.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.080.239	1.093.824

(*) Os dividendos adicionais foram aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Companhia, realizadas nos dias 29 de março de 2024 e 18 de março de 2025.

(**) As proposições de dividendos intermediários foram aprovadas em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizadas nos dias 12 de agosto de 2024 e 12 de agosto de 2025.

(***) A reversão da reserva de lucros a realizar decorreu exclusivamente de deliberação societária para fins de distribuição de dividendos, conforme aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2025.

Cronograma de pagamento dos dividendos

A liquidação dos dividendos deliberados e declarados, bem como dos dividendos declarados anteriormente e ainda não pagos, será efetuada de acordo com o seguinte cronograma:

(i) até 31 de dezembro de 2026: pelo menos R$25.000;

(ii) até 31 de dezembro de 2027: pelo menos R$45.000;

(iii) e até 31 de dezembro de 2028: pagamento do saldo remanescente.

20.6. Ajuste de avaliação patrimonial reflexa

O ajuste de avaliação patrimonial é representado pelos ganhos ou perdas acumuladas reflexas dos instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa, considerados efetivos da controlada Brasil PCH. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante negativo de R$1.442 (R$ 7.514 positivo em 31 de dezembro de 2024) como perda de valor justo de instrumento de hedge.

21. LUCRO POR AÇÃO

Segue abaixo quadro que contém as informações consideradas pela Companhia para cálculo do lucro básico e diluído por ação. Importante destacar que a Companhia não possui instrumentos financeiros diluídos.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	323.570	266.902
Lucro por ação básico e diluído:		
Quantidade média de ações em circulação	61.659.882	61.659.882
Lucro por ação básico e diluído (em R$)	5,2477	4,3286

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do Pessoal Chave

Em 31 de dezembro de 2025, registrou-se o pagamento, a título de remuneração das pessoas chave, do montante de R$ 2.132 (R$ 2.119 em 31 de dezembro de 2024) pela Companhia e por suas controladas diretas e indiretas. Cumpre destacar que, a Companhia, desembolsou R$24 com assistência médica, em 31 de dezembro de 2025 (R$ 31 em 31 de dezembro 2024) a título de benefício de curto prazo às pessoas chave. Ressalta-se que as suas controladas não possuem outros benefícios de curto ou longo prazo e pós emprego.

23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	763.829	734.550
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	(1.757)	(249)
	762.072	734.301
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS Corrente	(33.663)	(36.652)
PIS e COFINS Diferido	70	9
	(33.593)	(36.643)
Receita líquida de vendas	728.479	697.658

(*) Sendo suas controladas indiretas contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais (vide nota explicativa nº 1.1).

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal e administradores	(183)	(187)
Serviços de terceiros	(579)	(516)
Tributos	(89)	(180)
Outras despesas, líquidas	(30)	(28)
	(881)	(911)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização (*)	(85.220)	(85.737)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	(27.808)	(26.592)
Pessoal e administradores	(36.599)	(34.294)
Manutenção	(16.894)	(13.991)
Serviços de terceiros	(4.493)	(4.637)
Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (EUSD)	(11.817)	(10.924)
Seguros	(9.425)	(10.866)
Operação	(2.860)	(3.376)
Meio Ambiente	(527)	(868)
Tributos	(60)	(484)
Ressarcimento do Conselho Nacional de Política Energética (“CNPE”) nº 03/2013 (**)	1.204	-
Taxas setoriais	(1.255)	(1.202)
Receita com indenização recebida (***)	1.417	-
Outras despesas, líquidas	(4.045)	(3.394)
	(198.382)	(196.365)
Custo das vendas de energia	(178.359)	(174.259)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(20.023)	(22.106)

(*) Estão sendo reduzidos aos valores de amortização e depreciação os créditos tributários de PIS/COFINS no montante de R$ 340, apurados em 31 de dezembro de 2025, (R$ 508 em 31 de dezembro de 2024) decorrentes de aquisição de imobilizado em função da mudança da modalidade de apuração do lucro tributário de sua controlada indireta Santa Fé.

(**) Recebimento da ENBPar referente a devolução dos Encargo de Serviço de Sistema para fins de Segurança Energética (ESS-SE) cobrados pela Eletrobrás, em janeiro de 2014, conforme a Resolução nº 03/2013 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Esta resolução foi revogada posteriormente pela Lei 13.360/2016 anulando à imputação do rateio de ESS-SE aos agentes de geração.

(***) A receita de indenização recebida refere-se ao montante da indenização parcial de sua controlada indireta Calheiros relativo a sinistro.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros sobre debêntures	(73.151)	(84.864)	(148.626)	(183.005)
Encargos financeiros sobre empréstimo - ccb	(30.664)	(1.028)	(30.664)	(1.028)
Custos de transação de debêntures	(2.723)	(2.724)	(5.280)	(5.281)
Custos de transação - ccb	(334)	(11)	(334)	(11)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(2.728)	(9.639)
Atualização financeira sobre impostos a recolher	-	-	(1.974)	(3.934)
Outras despesas financeiras	(194)	(3.963)	(3.364)	(7.392)
Total	(107.066)	(92.590)	(192.970)	(210.290)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.542	3.471	17.915	15.570
Amortização ajuste a valor justo de debêntures	-	-	11.186	11.186
Atualização de depósito judicial	-	-	2.018	4.309
Outras receitas financeiras	116	134	2.737	566
Total	1.658	3.605	33.856	31.631
Total	(105.408)	(88.985)	(159.114)	(178.659)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	323.570	266.902	370.983	322.634
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(110.014)	(90.747)	(126.134)	(109.696)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido (*)	-	-	150.469	127.245
Efeito Fiscal da equivalência patrimonial de controladas	146.152	121.311	-	-
Outras diferenças permanentes, líquidas	-	-	1.083	838
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias não constituídas (**)	(36.138)	(30.564	(62.664)	(66.301)
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	(37.246)	(47.914)
Correntes	-	-	(48.774)	(59.391)
Diferidos	-	-	11.528	11.477

(*) A Jataí Energética S.A., controlada indireta da Companhia, alterou, para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, o regime fiscal de lucro real para lucro presumido.

(**) A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R$ 443.872 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 337.583 em 31 de dezembro de 2024). Suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R$ 2.013.271 (R$1.834.533 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia e suas controladas BSB, Brasil PCH e PCHPAR não constituem imposto fiscal diferido ativo por não terem expectativa de geração de lucros futuros suficientes de forma a realizar o imposto diferido ativo.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 13, 14 e 15, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu passivo fiscal diferido em função da combinação de negócios ocorrida no exercício de 2021. Abaixo, é apresentada a composição do passivo fiscal diferido:

	31/12/2025	31/12/2024
Mais valia imobilizado	309.718	324.243
Mais valia intangível	1.320.165	1.350.560
Ajuste a valor justo de debêntures	(10.060)	(21.247)
	1.619.823	1.653.556
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto fiscal diferido	550.740	562.209

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, o Grupo avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 80,0% a 99,0% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 7 e nº 8.

Já quanto aos passivos, conforme saldos apurados em 31 de dezembro de 2025, o Grupo está exposto às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), em razão da atualização monetária prevista nos contratos da emissão de debêntures da Companhia, BSB e Brasil PCH e ao CDI em razão da atualização prevista na CCB.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez decorre de fatores que possam ocasionar a impossibilidade de o Grupo realizar os pagamentos de dívidas, incluindo aqueles relativos às debêntures, no volume, preço, e momento desejados. O Grupo mitiga o risco de liquidez ao qual está exposto por meio do monitoramento contínuo das previsões das exigências de liquidez de suas dívidas, bem como da manutenção de saldos aplicados passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Tabelas do risco de liquidez

A seguir, são apresentados os passivos financeiros não derivativos do Grupo e o montante a ser pago nos períodos destacados. Cumpre ressaltar que os passivos financeiros foram calculados de acordo com os fluxos de caixa não descontados do Grupo, tendo como base a data mais próxima na qual o Grupo possui expectativa de liquidar suas obrigações, além de considerarem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros com encerramento em 31 de dezembro de 2025.

Consolidado	Nota	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos
Fornecedores	-	781	781	781	-	-
Seguros a pagar	-	2.915	2.915	2.915	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (*)	15	1.280.551	1.537.687	61.449	431.894	1.044.344
Instrumento financeiro derivativo	15.1	38.842	42.365	9.661	32.704	-
Total		1.323.089	1.583.748	74.806	464.598	1.044.344

(*) A posição contábil apresentada representa somente o saldo do principal e juros registrado na data, desconsiderando os custos de transação e o ajuste a valor justo de debêntures constituído, conforme nota explicativa nº 15.

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que o Grupo não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros do Grupo, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros					
Mensurados ao custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.673	4.071	52.694	113.229
Aplicações financeiras	8	2	205	48.045	13.800
Contas a receber	9	-	-	82.151	182.650
Depósitos judiciais	10	-	-	23.230	20.626
Outros ativos	-	1	-	373	107
Passivos financeiros					
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:					
Fornecedores		-	7	781	1.539
Seguros a pagar		-	-	2.915	3.279
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	15	800.066	885.439	1.280.551	1.581.888
Mensurados pelo valor justo:					
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	15.1	-	-	38.842	62.037

Já no que se refere ao valor justo desses ativos e passivos financeiros, esse é calculado por meio da projeção do fluxo de caixa futuro do Grupo, tendo como base a projeção da curva da taxa de juros; na sequência, o montante é trazido a valor presente, valendo-se dos dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado em 31 de dezembro de 2025, ou da taxa calculada com base nas condições do pagamento do prêmio de resgate antecipado facultativo previsto nas escrituras de emissão de debêntures da Companhia, da BSB e da Brasil PCH, conforme o caso. Exceto pelos empréstimos, financiamentos e pelas debêntures, cujo valor justo estimado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 1.117.841 (Nível 2) (R$ 1.412.434 em 31 de dezembro de 2024), o valor justo dos demais ativos e passivos financeiros do Grupo é próximo do seu valor contábil.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros do Grupo, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais projetadas para o ano de 2025 (fonte Boletim Focus datado de 26 de dezembro de 2025) CDI (15,00%) e IPCA (4,32%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Nota	Exposição 31/12/2025	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	7	32.144		-	-	-
Aplicação financeira	8	48.045		-	-	-
Empréstimo – CCB	15.2	(201.220)		-	-	-
Exposição ao CDI, líquida		(121.031)	Aumento do CDI + 1,39%	(19.837)	(14.878)	(9.918)
Debêntures – Eletroriver e BSB	15.1	855.496	Aumento do IPCA + 7,04%	97.184	121.480	145.777
Debêntures e swap – Brasil PCH	15.1	264.159	Aumento do IPCA + 8,2647	33.244	41.555	49.865

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência entre avaliação de valor justo Nível 1 e Nível 2, nem entre Nível 2 e Nível 3.

Gestão de risco de capital

Considerando que o Grupo possui debêntures emitidas, está exposto ao risco de capital em virtude de sua alavancagem financeira que, embora proporcione oportunidades de retorno aos acionistas, aumenta a exposição do Grupo a possíveis oscilações nos resultados operacionais, fator que pode afetar o retorno sobre o patrimônio líquido.

Com o objetivo de mitigar essa exposição ao risco de capital, o Grupo monitora a dívida (debêntures) e seus indicadores financeiros de forma constante, bem como realiza análises de sensibilidade à variação das taxas de juros e dos fluxos de caixa, de modo a garantir a longevidade dos negócios da Companhia e a maximização do retorno aos acionistas.

Um dos mecanismos de monitoramento utilizado pelo Grupo é o índice de alavancagem financeira, que corresponde ao endividamento líquido expresso como percentual do capital total, em que o endividamento líquido é equivalente ao saldo total das debêntures (incluindo o pagamento das parcelas no curto e no longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa; e o capital total é apurado através da soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido, excluídos os custos de capitação.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025, comparados àqueles obtidos em 31 de dezembro de 2024, são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota explicativa nº 15)	788.576	870.892	1.312.068	1.642.173
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa nº 7 e 8)	(4.675)	(4.276)	(100.739)	(127.029)
Total de caixa e equivalentes de caixa e dívida, líquido (a)	783.901	866.616	1.211.329	1.515.144
Total do patrimônio líquido	275.751	951.881	306.840	981.411
Total do capital (b)	1.059.652	1.818.497	1.518.169	2.496.555
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	74%	48%	80%	61%

28. COBERTURA DE SEGURO

Seguro “Directors & Officers” (D&O)

A Companhia renovou, para si e suas controladas (diretas e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2026, mantendo a cobertura no montante de R$70.000 (sendo a cobertura compartilhada em apólice única com outras companhias do Grupo).

Seguro de responsabilidade civil

As 13 SPEs, controladas indiretas da Companhia, renovaram o seguro com cobertura no valor de R$80.000, com vigência até 28 de abril de 2026, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

As 13 SPEs, controladas indiretas da Companhia, renovaram o seguro de risco operacional, no valor de R$328.000, com vigência até 27 de junho de 2026, para cobertura de indenizações por perdas e danos decorrentes de eventos adversos que afetem sua operação, englobando máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	(1.442)	7.514
Constituição de dividendos a pagar	998.258	289.594
Constituição de dividendos a receber	400.595	388.976

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Adição/(Reversão) da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	415	(440)
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	6.096
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	(6.046)	(12.039)
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de fornecedores e impostos	240	554
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social com IRPJ e CSLL	18.047	17.639
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de depósito judicial	(23)	(3.510)
Adição às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível em contrapartida à depósitos judiciais	-	4.749
Marcação a valor justo do instrumento financeiro derivativo	(1.482)	7.722

30. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração do Grupo autorizou a emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em 27 de janeiro de 2026.

Composição do Conselho de Administração

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Presidente

Thiago Salles de Carvalho
Conselheiro - Vice - presidente

Augusto César Campos de Sousa Machado
Conselheiro

Composição da Diretoria

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor

Contador
Leandro Mariano Gonçalves
RC MG-105896/O-1

56327

Docusign Envelope ID: 48B89D78-7FF9-4EB3-B736-7E3865D757DE

ELETRORIVER

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

(i) Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho, Diretor Presidente, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 02.598.620-010, expedida pela SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") sob o nº 903.775.085-00, com endereço comercial na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nº 555, Edf. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010; e (ii) **Walter Nunes Seijo Neto**, Diretor de Relações com Investidores, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.846.392-52, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 891.023.715-53, com endereço comercial na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nº 555, Edf. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010, doravante denominados simplesmente "Declarantes", na qualidade de Diretores da **ELETRORIVER S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nº 555, Edf. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob nº 01.968.293/0001-68 ("Companhia"), vêm, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declarar que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Salvador, 28 de janeiro de 2026.

ELETRORIVER S.A.

DocuSigned by
Antônio Walter Pinheiro
Assinado por: ANTONIO WALTER DOS SANTOS PINHEIRO FILHO:90377508500
CPF: 90377508500
Data/Hora da Assinatura: 28/01/2026 10:06:30 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

ANTÔNIO WALTER DOS SANTOS PINHEIRO FILHO
Diretor Presidente

DocuSigned by
Walter Seijo
Assinado por: WALTER NUNES SEIJO NETO:89102371553
CPF: 89102371553
Data/Hora da Assinatura: 28/01/2026 09:39:35 BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
C: BR
Emissor: AC BR RFB G4

WALTER NUNES SEIJO NETO
Diretor de Relações com Investidores

DocuSigned by
MLDF
Assinado por: MAIRA LACORTE DE FREITAS

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 48B89D78-7FF9-4EB3-B736-7E3865D757DE
Assunto: Assinatura da Declaração da Diretoria (GRI) - 27/01/26
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 2
Rubrica: 1

Status: Concluído

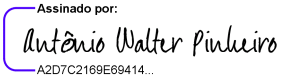
Remetente do envelope:
Grupo Brasil PCH
Av. Prudente de Morais, 1250 – 10º e 11º andares
Coracao de Jesus
Belo Horizonte, 30380-252
ged@brasilpch.com.br
Endereço IP: 187.111.20.66

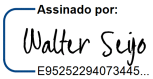
Rastreamento de registros

Status: Original
27/01/2026 16:57:31

Portador: Grupo Brasil PCH
ged@brasilpch.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Maíra Lacôrte de Freitas mairafreitas@brasilpch.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP-Brasil Emissor: AC OAB G3 Assunto: CN=MAIRA LACORTE DE FREITAS	Rubrica  Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 187.111.20.66 Política de certificado: [1]Certificate Policy: Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.28 [1,1]Policy Qualifier Info: Policy Qualifier Id=CPS Qualifier: http://icp-brasil.certisign.com.br/repositorio/dpc/AC_OAB/DPC_AC_OAB.pdf	Enviado: 27/01/2026 16:58:58 Visualizado: 28/01/2026 09:08:56 Assinado: 28/01/2026 09:09:23
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 28/01/2026 09:08:56 ID: a96bb201-f6b9-46d7-952c-e10ae449b947		
Antônio Walter Pinheiro walterpinheiro@minaspch.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP-Brasil Emissor: AC SAFEWEB RFB v5 Assunto: CN=ANTONIO WALTER DOS SANTOS PINHEIRO FILHO:90377508500	Assinado por:  A2D7C2169E69414... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 168.197.114.254 Política de certificado: [1]Certificate Policy: Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.48 [1,1]Policy Qualifier Info: Policy Qualifier Id=CPS Qualifier: http://repositorio.acsafeweb.com.br/ac-safewebrfb/dpc-acsafewebrfb.pdf	Enviado: 28/01/2026 09:09:26 Visualizado: 28/01/2026 10:05:44 Assinado: 28/01/2026 10:06:34
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 28/01/2026 10:05:44 ID: 3a9db045-958f-4145-bb14-44719371d27f		

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Walter Seijo walterseijo@brasilpch.com.br Diretor Grupo Brasil PCH Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP-Brasil Emissor: AC BR RFB G4 Assunto: CN=WALTER NUNES SEIJO NETO:89102371553	 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 187.111.20.66 Política de certificado: [1]Certificate Policy: Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.24 [1,1]Policy Qualifier Info: Policy Qualifier Id=CPS Qualifier: http://icp-brasil.acbr.org.br/repositorio/dpc/AC_BR_RFB/DPC_AC_BR_RFB.pdf	Enviado: 28/01/2026 09:09:26 Visualizado: 28/01/2026 09:37:42 Assinado: 28/01/2026 09:39:38

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	27/01/2026 16:58:58
Entrega certificada	Segurança verificada	28/01/2026 09:37:42
Assinatura concluída	Segurança verificada	28/01/2026 09:39:38
Concluído	Segurança verificada	28/01/2026 10:06:35

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Santa Fe Energetica S.A. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Santa Fe Energetica S.A.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To advise Santa Fe Energetica S.A. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Santa Fe Energetica S.A.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number.

To withdraw your consent with Santa Fe Energetica S.A.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. . .

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Santa Fe Energetica S.A. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Santa Fe Energetica S.A. during the course of your relationship with Santa Fe Energetica S.A..